

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

HEITOR MARTINS PASQUIM

**INSTITUIÇÕES SOCIAIS E OPERACIONALIZAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS:
ANÁLISE CRÍTICA DAS AÇÕES VOLTADAS PARA JOVENS NO
MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ, SP**

SÃO PAULO

2010

HEITOR MARTINS PASQUIM

INSTITUIÇÕES SOCIAIS E OPERACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS: ANÁLISE CRÍTICA DAS AÇÕES VOLTADAS PARA
JOVENS NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ, SP

Tese apresentada à Escola de
Enfermagem da Universidade de
São Paulo para obtenção do título
de Mestre em Ciências.

Área de Concentração:

Cuidado em Saúde

Orientadora:

Profa. Dra. Célia Maria Sivalli

Campos

SÃO PAULO

2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Assinatura: _____ Data ___/___/___

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação da EEUSP

Pasquim, Heitor Martins

Instituições sociais e operacionalização de políticas públicas: análise crítica das ações voltadas para jovens no município de Santo André, SP/ Heitor Martins Pasquim. – São Paulo: H. M. Pasquim; 2010.

111 p.

Tese (Mestrado) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Orientadora: Profa. Dra. Célia Maria Sivalli Campos.

1. Juventude 2. Adolescência 3. Política Social 4. Projetos de Investimento Social.

I. Título

Nome: Heitor Martins Pasquim

Título: Instituições sociais e operacionalização de políticas públicas: análise crítica das ações voltadas para jovens no município de Santo André, SP

Tese apresentada à Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: ___/___/___

Banca Examinadora

Profa. Dra. _____

Julgamento: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Profa. Dra. _____

Julgamento: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Profa. Dra. _____

Julgamento: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Profa. Dra. _____

Julgamento: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Heitor Martins Pasquim

Instituições sociais e operacionalização de políticas públicas: análise crítica
das ações voltadas para jovens no município de Santo André, SP

Dissertação
Mestrado em Ciências

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Célia Maria Sivalli Campos

Profa. Dra. Cássia Baldini Soares

Profa. Dra. Maria Carla Corrochano

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de mestrado e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa (processo 06/51671-9).

A todos os integrantes do Grupo de Pesquisa “Fortalecimento e desgaste no trabalho e na vida: bases para a intervenção em saúde coletiva”, em particular, ao Vilmar, Silvia, Tati, pela disponibilidade e apoio para efetivação e organização dos contatos com as instituições em Santo André.

Aos amigos, Paulo, Marcel, Carol, Nara e Elaine, que contribuíram na coleta de dados e transcrições das entrevistas.

Aos colegas da pós, Sheila, Ângela, Carla, Dri Jimenez, Diego, Tati e Dri Avanzi, pelas trocas de experiências, mas principalmente pela amizade.

Às professoras Célia e Cássia, pelas críticas e sugestões durante todo o processo de construção da pesquisa.

Pasquim HM. Instituições sociais e operacionalização de políticas públicas: análise crítica das ações voltadas para jovens no município de Santo André, SP [dissertação]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2010.

RESUMO

O objeto deste estudo são instituições com projetos dirigidos a jovens, compreendidas como aquelas que concretizam em forma e conteúdo a política, por sua vez tomada como resposta ao conflito entre necessidades de grupos sociais e entre diferentes projetos de hegemonia. Tomou-se juventude como categoria social, que não se encerra no âmbito individual, construída a partir das contradições inerentes à organização e ao funcionamento do modo de produção. Para delimitação do estudo, foi considerado jovem aquele entre 15 e 24 anos. Partiu-se do pressuposto, pautado em revisão bibliográfica, de que as experiências institucionais estariam focalizadas em jovens considerados problemáticos – pelas condições de reprodução social ou por seu comportamento desviante – e as ações pulverizadas em diferentes entidades de atendimento, para responder a situações/grupos de risco, distante da finalidade de responder necessidades das juventudes. Os objetivos foram descrever as instituições com projetos e ações voltados a jovens do município de Santo André; analisar as características dos projetos e ações desenvolvidas por essas instituições; analisar como os projetos e as ações desenvolvidos por elas se articulam entre si, e com o projeto público municipal. O estudo foi realizado no município paulista de Santo André, onde ressalta-se o acúmulo de atuação resultante de três gestões petistas consecutivas. Onze instituições aceitaram participar da entrevista, instrumento usado para a coleta de dados. Os projetos destinam-se a jovens com precárias condições de reprodução social, selecionados por agrupamento de riscos, com ações que respondem a critérios pré-estabelecidos para se adequarem a algum repasse direto ou indireto de verbas. A “juventude como etapa problemática” é a abordagem em que se pautavam projetos e ações de dez instituições e apenas em uma a concepção adotada era a do “jovem como ator estratégico do desenvolvimento”. Paradoxalmente, os projetos oferecem espaços de socialização e acesso a renda que possibilita ao jovem uma certa realização pessoal. Entretanto, a finalidade institucional primordial é afastar jovens do ócio e do desemprego, entendidos como causas de desvios comportamentais, violência e pobreza.

As ações mais relatadas são aulas e palestras, para transmissão de técnicas operacionais básicas e de comportamentos para concorrer a colocações no mercado de trabalho. Os resultados evidenciaram ainda que as instituições têm caráter privado. Os projetos institucionais não se articulam e não são monitorados pelo poder público local. A precariedade e a constante ameaça de cortes no orçamento são as marcas profundas desses projetos, que refletem os encaminhamentos das políticas públicas.

Palavras-chave: Juventude, Adolescência, Política Social, Projetos de Investimento Social.

Pasquim HM. Social institutions and putting public policies into operation: critical analysis on actions aimed towards young people in the municipality of Santo André, SP [dissertation]. São Paulo: Nursing School, University of São Paulo; 2010.

ABSTRACT

The focus of this study is institutions that have projects aimed towards young people, and specifically those that put public policies into operation. Such policies are implemented as responses to the conflict between the needs of social groups and between different civilizing projects. Youth was taken to be a social category that was not closed at individual level, and this was constructed from the contradictions inherent to the organization and functioning of the means of production. To delineate the study, young people were taken to be between 15 and 24 years of age. The initial presupposition, backed by a review of the literature, was that institutional experiences would be focused on young people who were considered problematic (because of the conditions of social reproduction or because of their deviant behavior) and that the disseminated actions at different care-providing entities, for responding to situations and groups at risk, would be far from the purpose of responding to the needs of such young people. The objectives were to describe the institutions that had projects and actions aimed towards young people in the municipality of Santo André; to analyze the characteristics of the projects and the actions developed by these institutions; and to analyze how the projects and actions thus developed interlinked with each other and with the municipal public project. The study was conducted in the municipality of Santo André, state of São Paulo, where it is highlighted that the cumulative actions are the result from three consecutive administrations in the hands of the Workers' Party. Eleven institutions agreed to participate in interviews, which were the data gathering instrument. The projects were aimed towards young people with precarious conditions of social reproduction, who were selected through risk grouping, with actions that responded to preestablished eligibility criteria for direct or indirect fund allocation. "Youth as a problematic stage" was the approach governing the projects and actions of ten institutions, while only one institution took the concept of "young people as strategic players for development". The projects provided spaces for socialization and access to income that enabled the young people to achieve a certain degree of self-

fulfillment. However, the basic institutional objective was to lead young people away from idleness and unemployment, which were understood to be the causes of behavioral deviation, violence and poverty. The actions most often reported were classes and talks, in order to pass over basic operational and behavioral techniques for competing for placements within the job market. The results also showed that the institutions have private nature. The institutional projects did not interlink and were not monitored by the local public authorities. Precariousness and the constant threat of budgetary cuts deeply marked these projects, which reflected the directions of public policies.

Keywords: Youth, Adolescence, Social Policy, Social Investment Projects.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura I – Mapa dos bairros identificados pelas REDES, Santo André – 2010	50
Figura II – Mapa das instituições com ações e projetos voltados aos jovens, Santo André – 2007	51
Figura III – Mapa das instituições de Santo André por 1000 habitantes jovens, Santo André – 2007	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das instituições com ações e projetos voltados aos jovens, por grupo de REDES, Santo André – 2007	51
Tabela 2 – Distribuição das instituições por 1000 habitantes e por grupo de REDES, Santo André – 2007	52

LISTA DE SIGLAS

CRAISA	Companhia Regional de Abastecimento de Santo André
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CMDCA	Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMJ	Conselho Municipal de Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBRAEDA	Federação Brasileira de Associações Sócio-Educacionais de Adolescentes
Fumcad	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Santo André
Febem	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
OIJ	Organização Iberoamericana de Juventude
ONG	Organização Não-Governamental
Oscip	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SciELO	Scientific Electronic Library Online
TCE	Tribunal de Contas do Estado

SUMÁRIO

1.	Introdução	16
1.1.	Objeto do estudo	16
1.1.1.	A juventude na pauta das publicações científicas	21
1.1.2.	Projetos e ações voltados aos jovens na pauta das políticas públicas, descritas nas publicações científicas	21
1.2.	Problemas de estudo, objetivos e finalidade	30
1.2.1.	Objetivos	30
1.2.2.	Finalidade	31
2.	Definição da categoria analítica	33
2.1.	Políticas públicas voltadas ao segmento juvenil, no Brasil, e a concepção de juventude preponderante que adotam	40
3.	Metodologia	43
3.1.	Tipo de Pesquisa	43
3.2.	Campo de Estudo	44
3.3.	Definição do Campo Empírico	50
3.4.	Coleta de Dados	54
3.4.1.	Sujeitos da Pesquisa	54
3.4.2.	Procedimentos para a coleta de dados	58
3.5.	Análise de Dados	60
3.6.	Aspectos Éticos	60
4.	Apresentação e análise dos resultados	62
5.	Discussão	83
6.	Considerações Finais	94
	Referências	96
	Anexos	106

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJETO DO ESTUDO

Este estudo é um subprojeto¹, cujo objeto é formado pelas instituições que têm como população alvo os jovens, compreendidas como aquelas que realizam em forma e conteúdo a política social, por sua vez tomada como resposta às necessidades de um dado projeto de hegemonia.

Hoje, mais do que nunca, dado o peso da ideologia capitalista sob a forma do chamado pensamento único, de aparente inexistência de um projeto de hegemonia antagônico ao dominante, bane-se a contradição Capital e Trabalho (e suas formas de representação e consciência) do imaginário popular. Essa aparência é necessária para fazer com que os conceitos de totalidade, contradição e classe desapareçam (Dias, 2006).

Para Dias (2006) a noção de cidadania é chave para compreender a dinâmica do atual projeto hegemônico, que elimina a diferença entre o individualismo burguês que se expressa em uma cidadania do consumo e a possibilidade da construção do indivíduo integral capaz de se autodeterminar e de transformar o real.

Segundo Trindade (2002), os direitos humanos traduzidos pela concepção liberal, predominante no planeta até o final da Segunda Guerra Mundial, eram apenas os direitos civis e políticos reconhecidos pelo Estado, e só os cidadãos proprietários e brancos eram seres humanos “plenos”. Paradoxalmente, é a revolução burguesa que põe em pauta a universalização dos direitos humanos, bandeira que não interessa mais ao projeto atual, o capitalismo.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, os países vencedores decidiram produzir a primeira Declaração de direitos, de âmbito internacional, num contexto produzido por uma nova correlação mundial de forças: a União Soviética se consolidava como potência econômica e militar, conformava-se o campo socialista na Europa Oriental, a revolução chinesa estava às portas da vitória, os sindicatos se fortaleciam nos países industrializados, proliferavam os partidos trabalhistas, socialistas e comunistas

¹ O estudo foi desenhado como desdobramento da pesquisa “Jovens, Valores e Consumo de Drogas: políticas públicas na perspectiva da Saúde Coletiva” de Soares (2006), que objetiva sistematizar um arcabouço teórico-metodológico e operacional para intervenção junto a jovens, baseado nos valores sociais e relativos ao consumo de drogas em diferentes classes, sob o ponto de vista da Saúde Coletiva.

em todo o mundo, a luta operária se encontrava na ofensiva e se multiplicavam as insurreições de libertação nacional contra o colonialismo na África e na Ásia (Trindade, 2002).

Era inviável, nesse novo contexto, que os direitos econômico-sociais dos trabalhadores continuassem excluídos do rol de direitos humanos (Trindade, 2002). Assim, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 1948 pela Assembléia Geral da recém-criada ONU, reafirmou os direitos civis e políticos proclamados pela Declaração liberal francesa de 1789 e, por pressão do bloco soviético, também incorporou os direitos econômicos, sociais e culturais das reivindicações operárias, enunciadas pela Constituição mexicana de 1917 e pela Declaração socialista russa de 1918 (Trindade, 2002).

Há, atualmente, mais de uma centena de documentos internacionais sobre direitos humanos, voltados a diferentes segmentos ou situações (mulheres, crianças, juventude, idosos, migrantes, tortura, entre outros), numa tendência à fragmentação (Trindade, 2002). Mas é claro que, para a imensa maioria da humanidade, isso tudo não passou de palavras escritas em papel. Nesse sentido, defender os direitos humanos passou a significar a preservação de árduas conquistas, de um patamar civilizatório mínimo.

No entanto, essa plataforma de direitos humanos parte de uma concepção jusnaturalista, para a qual existiria um direito anterior às leis humanas, equiparado à noção de uma justiça abstrata, imprescindível à realização plena de sua natureza humana imutável (Trindade, 2002).

Este estudo, no entanto, parte da concepção de que os direitos são sociais e históricos, porque são sínteses de contradições inerentes à produção e reprodução social do modo de viver, contrariamente à noção de que existem a priori (Trindade, 2002). Essa concepção foi a adotada para compreender a entrada do segmento juvenil na agenda de direitos.

Os primeiros acordos internacionais específicos sobre a juventude são muito recentes, entretanto é possível observar tendências que referenciam as ações com jovens, tendências estas que materializam concepções de juventude e de Estado. Apenas em 7 de dezembro de 1965 os Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (ONU) assinaram a “Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz,

Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos”. O documento contém seis princípios que norteiam como o jovem deve ser educado para “*adquirir consciência das responsabilidades que terá que assumir em um mundo que deverá dirigir*” (Assembléia Geral das Nações Unidas, 2010).

A Declaração recorda ainda que foram os jovens os que mais sofreram e os mais vitimados em guerras, mas não consegue estabelecer compromissos com significativo impacto no cenário internacional, além do que, foram naturalmente ignorados em tempos de hegemonia do imperialismo estadunidense. Apenas vinte anos mais tarde – em 1985 – o segmento juvenil passou a ter visibilidade no cenário dos direitos, no âmbito internacional, com a instituição do Ano Mundial da Juventude, que propôs os seguintes temas: Participação, Desenvolvimento e Paz (Castro, Aquino, 2008).

Como desdobramento a ONU, por meio da resolução 54/120 de 17 de dezembro de 1999, declarou o dia 12 de agosto como Dia Internacional da Juventude (Youth at the United Nations, 2010). A Assembléia Geral da ONU estabeleceu 2010 como o Ano Internacional da Juventude, pedindo apoio local e internacional para celebrar o evento. Com o tema *diálogo e entendimento mútuo*, o Ano Internacional da Juventude começará oficialmente no Dia Internacional da Juventude – 12 de agosto (ONU Brasil, 2010).

Segundo a ONU Brasil (2010), o Ano Internacional da Juventude também deve servir para estimular jovens na promoção de progresso, com ênfase nas Metas de Desenvolvimento do Milênio. As Metas incluem a redução de uma série de riscos sociais até 2015, como a extrema pobreza, a fome, a mortalidade materna e infantil, a falta de acesso à educação e cuidados de saúde. Vários eventos internacionais devem acontecer em agosto de 2010, incluindo o 5º Congresso Mundial da Juventude em Istambul, uma conferência global no México e os Jogos Olímpicos da Juventude em Cingapura.

Entretanto, embora vários acordos tenham sido firmados, assim como foram realizadas Conferências Intergovernamentais sobre Políticas Públicas de Juventude e se estabeleceram organizações internacionais, como a Organização Iberoamericana de Juventude (OIJ)², a juventude encontra-se ainda em uma situação desoladora (Castro, Aquino, 2008).

Dados do Informe sobre a Juventude Mundial de 2005, divulgados por Castro,

² O Brasil se incorporou apenas em 2007 a OIJ.

Aquino, Andrade (2009), mostram uma não efetivação de direitos. De um total de 1,2 bilhões de jovens, 200 milhões sobreviviam com menos de US\$ 1 por dia, 88 milhões não tinham empregos e 10 milhões portavam o vírus da AIDS. O Informe mostra ainda que a maioria dos problemas atinge os jovens do mundo inteiro, entretanto considera mais alarmante a situação daqueles em países chamados *em desenvolvimento*. Como conclusão o relatório aponta a necessidade de ampliar o alvo da Política Nacional de Juventude para todos os segmentos que compõem as juventudes, integrando os programas emergenciais com os programas universais.

No que diz respeito ao Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 2006, mostra que a situação do jovem, um quinto da população total do país, é dramática. Destes 9,7 milhões vivem em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, 12,5 milhões não têm sequer o ensino fundamental, 4,2 milhões estão desocupados e 1,4 milhões são analfabetos (Castro, Aquino, 2008).

Em 2005, a quantidade de jovens desempregados foi quase 107% superior à de 1995, enquanto o desemprego, nesse mesmo período, foi de 90,5% para a população adulta. Ainda nesse período o Brasil gerou 17,5 milhões de novas ocupações, mas somente 1,8 milhão foram preenchidas por jovens de 15 a 24 anos. Ficou evidenciado que o crescimento do desemprego é mais acentuado entre os jovens, e ainda mais cruel entre jovens mulheres e entre os de famílias com menores rendas (Pochmann, 2007).

Destaca-se, entretanto, que alguns indicadores mostraram melhora das condições dos jovens brasileiros, que não incidem homogeneamente entre as diferentes regiões do país. Considerando o período entre 2005 e 2006, evidenciou-se que cresceu 13,2% o número de estudantes no ensino superior e decresceu em 0,6% a taxa de analfabetismo, que era de 10,4% em 2005. Também se observou diminuição significativa do percentual de não frequência à escola; em 1996 a taxa era de 30,5% e em 2006 foi reduzida para 17,5% (Pochmann, 2007).

Para o Banco Mundial (2007) a melhora recente das condições do jovem de 15 a 24 anos no país expressa o investimento do Estado em políticas públicas, através de apoio técnico e financeiro dados aos municípios detentores de indicadores com riscos para a juventude, como os que registram a evasão escolar, o desemprego, o uso de drogas, a violência, a iniciação sexual precoce e a arriscada. Esses indicadores são tomados pelo Banco Mundial como denunciadores de riscos, que tornam os jovens

potenciais ameaças para si e para a sociedade. Além disso, consideram que esse jovem em situação de risco representa custos monetários elevados demais para a sociedade, e por isso devem ser *reprogramados*, ou seja, o investimento financeiro em políticas para a juventude deve ser direcionado a ações preventivas de riscos.

Esse investimento do estado brasileiro em políticas sociais voltadas à juventude é recente, até os anos 1990 esse segmento não era reconhecido como detentor de direitos, diferentemente de vários outros países da América Latina que já haviam criado inclusive ministérios e secretarias de juventude a partir da 1980 (Castro, Abramovay, 2002). No Brasil, a juventude só foi reconhecida como detentora de direitos, ainda que juntamente com outro segmento – o infantil, em 1990, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Há um Projeto de Lei – o de nº 4.529 – que pretende definir os direitos da juventude e quem deve implementá-los, por meio de um Estatuto exclusivo para a Juventude, mas encontra-se desde 2004 em tramitação (Câmara dos Deputados, 2009). O Estatuto vigente, o ECA, no entanto, por contemplar apenas parte dos jovens – os que estiverem entre doze e dezoito anos incompletos e dentre esses os jovens em processo de exclusão ou risco – deixa à deriva um enorme contingente de jovens, não se caracterizando como mecanismo de garantia de direitos universais (Abramo, 2005).

Ainda que seja inegável o avanço que o ECA significou na direção de conquista de direitos pela juventude, não se pode deixar de assinalar a concepção de direito em que é pautado – a jusnaturalista, expressa por Trindade (2002) – o que significa que o direito, inerente a pessoa humana, é voltado para um sujeito abstrato – o jovem – para o qual não se considera suas características de reprodução social (condições materiais de vida, características pessoais – cor, gênero), ou seja, sua inserção de classe; tampouco é ouvida sua opinião. Segundo o artigo 3º:

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 2010).

Para delinear o objeto deste estudo foram realizadas revisões bibliográficas, em diferentes bancos de dados e com diferentes cruzamentos de descritores, de forma a apreender diversas interfaces do objeto.

1.1.1. A juventude na pauta das publicações científicas

Um primeiro levantamento foi realizado com o intuito de compreender quais aspectos da juventude têm sido objeto das publicações científicas, utilizando-se os descritores <juventude ou adolescente ou adolescência> na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), a partir do qual foram encontrados 450 publicações.

A maioria desses artigos tomou como objeto a saúde dos jovens - 165 (37%) - dentre esses 69 (41,8%) abordavam agravos à saúde, na perspectiva bio-psíquica, 62 (37,6%) eram relacionados à saúde reprodutiva e sexualidade e 34 (20,6%) eram voltados a outras abordagens do tema saúde, que não a doença.

Os demais objetos encontrados nos artigos foram: identidade e comportamentos dos jovens em 55 (12,2%); violência, em 35 (7,7%); uso de drogas, em 32 (7,1%); trabalho em 18 (4,0%); educação em 13 (2,8%); situações de risco dos jovens, incluindo a prostituição e a pobreza em nove (2,0%). Foram oito (1,7%) os que tomavam como objeto as culturas juvenis urbanas e a mídia e em igual número a participação e protagonismo juvenil. Já os referentes a adolescentes infratores eram sete (1,5%) e as políticas públicas eram objeto de cinco dos artigos (1,1%).

Verificou-se que a grande maioria dos estudos tomava como objeto algum aspecto problemático do jovem, geralmente na perspectiva individual ou no máximo considerava problemas característicos da juventude, condição definida pela faixa etária.

1.1.2. Projetos e ações voltadas aos jovens na pauta das políticas públicas, descritas nas publicações científicas

Outro levantamento foi realizado a partir da tematização *instituições sociais, juventude e políticas públicas*. Para se verificar quais são e que forma têm os projetos e as ações voltados ao segmento juvenil, inicialmente investigou-se a produção a respeito

da relação entre instituições e juventude³, com o auxílio da ferramenta de navegação SCOPUS, em janeiro de 2009, que resultou em 364 publicações, sendo 304 “Article” e 60 “Review”. Como resultado direto da busca encontrou-se uma tendência de crescimento no número de publicações nas últimas duas décadas, o que acompanha um crescimento geral das pesquisas no mundo e uma também crescente visibilidade do jovem, saindo de apenas quatro publicações em 1990 e 13 em 2000, para 35 publicações em 2008.

Os estudos encontrados foram classificados, pelo próprio SCOPUS, em áreas temáticas: “Social Sciences” (281), “Medicine” (148), “Psychology” (102), “Economics, Econometrics and Finance” (32) e outras com menor expressão⁴. Tal proporção leva a acreditar que a dupla de objetos procurados nesta pesquisa vem sendo estudada, significativamente, mais pelas ciências sociais e humanas do que pelas ciências naturais.

A grande parte desses trabalhos foi desenvolvida nos Estados Unidos (193) e pouquíssimos estudos têm como referência a América Latina, apenas seis, sendo três desenvolvidos no Brasil. Evidentemente, não se espera uma quantidade de publicações semelhantes entre América Latina e Estados Unidos ou Europa, porém os dados muito baixos podem significar uma não abrangência dos periódicos, mesmo que o SCOPUS seja a maior base multidisciplinar hoje disponível de publicações científicas, e não prova uma completa falta de pesquisas sobre o tema na região.

Após a leitura dos títulos e dos resumos da totalidade dos trabalhos encontrados, traçou-se análise geral desses estudos indexados no SCOPUS. A maior parte deles parece não apresentar marco teórico para os objetos *instituições e juventude* e partem da relação linear entre adolescência e fatores de risco, e dentre eles o uso de drogas, a gravidez, e a violência, respectivamente, foram os mais estudados.

As instituições ligadas aos sistemas de educação e de justiça, nessa ordem, são

³ O comando literal utilizado na busca foi (TITLE-ABS-KEY(“social policy”) AND TITLE-ABS-KEY(youth)) AND DOCTYPE(ar OR re) AND SUBJAREA(mult OR arts OR busi OR deci OR econ OR psyc OR soci) AND PUBYEAR AFT 1989 AND (EXCLUDE(SRCTYPE, "k") OR EXCLUDE(SRCTYPE, "d")) AND (LIMIT-TO(EXACTKEYWORD, "Adolescent") OR LIMIT-TO(EXACTKEYWORD, "Youth") OR LIMIT-TO(EXACTKEYWORD, "Policy") OR LIMIT-TO(EXACTKEYWORD, "Social policy") OR LIMIT-TO(EXACTKEYWORD, "Young population") OR LIMIT-TO(EXACTKEYWORD, "Juvenile") OR LIMIT-TO(EXACTKEYWORD, "Public Policy") OR LIMIT-TO(EXACTKEYWORD, "Adolescence") OR LIMIT-TO(EXACTKEYWORD, "Social Policy") OR LIMIT-TO(EXACTKEYWORD, "Politics") OR LIMIT-TO(EXACTKEYWORD, "Law")).

⁴ Para o SCOPUS um mesmo trabalho pode pertencer a mais de uma área temática.

as mais recorrentes nos estudos, que buscaram por meio da escola e do ambiente escolar prevenção/ orientação para elementos potencialmente desencadeadores de comportamentos considerados *não-saudáveis*, e no sistema de justiça os estudos se concentram na melhor aplicação/ revisão da lei criminal e na identificação dos denominados *delinquentes*. Outro grupo importante de publicações coloca em evidência os jovens em situação de rua, pertencentes a famílias classificadas como *desestruturadas*, que demandam atenção prioritária de serviços e terapias.

Em síntese, o jovem retratado nesses estudos é, de maneira geral, detentor de problemas ou o próprio problema com diferentes expressões – intolerante, descuidado, irresponsável – ou apenas um ser vulnerável, um não-sujeito que necessita do controle do adulto, da família e do Estado. Dentre esses, os que procuram de forma propositiva apontar possíveis saídas e superações para os *problemas dos jovens*, o fazem majoritariamente sob a forma de possibilidades de reformas legais indefinidas, voluntarismos e incentivo ao terceiro setor como alternativas à falta de vontade política dos governos, outros procuram valorizar a capacidade de *resiliência* dos indivíduos, entendida como a capacidade mensurável de superar, a partir da própria força de vontade dos jovens, situações desumanas de pobreza e de abandono.

Poucos são os trabalhos que se voltam ao estudo da participação juvenil, e parecem compreendê-la como sinônimo de adesão a uma proposta já construída ou simplesmente como a frequência em espaço consultivo, onde se espera que o jovem possa acrescentar informações necessárias aos programas e não como espaço aberto ao protagonismo e à mobilização do jovem.

Dessa forma verificou-se, por meio desse conjunto de publicações científicas, que majoritariamente as políticas voltadas à juventude em âmbito internacional tomam como objeto uma juventude detentora de problemas, e como consequência da adoção dessa concepção, direcionam ações que se voltam à prevenção de riscos iminentes – operacionalizadas por instituições ligadas ao sistema de educação, e à punição aos comportamentos desviantes – operacionalizadas por instituições ligadas ao sistema judicial.

Uma vez que o tema deste estudo são as políticas públicas, operacionalizadas pelas instituições sociais em projetos e ações voltados à juventude, procedeu-se ainda à outra busca, agora numa base mais abrangente – a Literatura Latino-Americana e do

Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando-se os descritores <*juventude ou adolescência e política ou política pública ou política social*>. Foram encontradas 155 referências, dentre as quais 53 (34,2%) tinham como objeto central as políticas públicas voltadas à juventude.

Dentre as formas de publicação dessas 53 referências, 16 eram artigos científicos (30,2%); 16 eram documentos de publicações governamentais (30,2%); 12 eram dissertações e teses (22,6%); 5 eram documentos de autoria de Fundações, ONG's, Associações, entre outros (9,4%); 3 eram livros (5,7%) e 1 era resumo de congressos (1,9%).

Optou-se por selecionar apenas os artigos científicos pela facilidade de acesso ao texto na íntegra. Foram excluídos os que não tinham objeto atinente à temática estudada, restando um total de 13 artigos.

Desses, dois enfocavam as políticas voltadas à educação para o segmento juvenil. Médici, Marques (1994) comprovavam a diminuição de verbas federais dirigidas à educação para crianças e adolescentes e Zibas, Ferretti, Tartuce (2006) discutiam a tentativa de cinco escolas de ensino médio do Ceará e de São Paulo de cumprirem diretrizes de projetos oficiais no que dizia respeito a estimular o protagonismo juvenil; detectaram, no entanto, que eram atividades esporádicas de curta duração, que não se integravam ao planejamento regular dos docentes, com poucas atividades que criavam oportunidades para a construção desse protagonismo e de uma maior autonomia aos jovens.

Sete desses 13 artigos focalizavam a necessidade de políticas que direcionassem ações para problemas considerados de início característico a essa etapa da vida, como se descreve abaixo.

Quando tomaram políticas dirigidas ao problema do uso indevido de drogas – Vieira et al (2007) salientaram a necessidade de ações voltadas à prevenção do consumo de álcool, com destaque a estratégias que tomam como foco a substância – o álcool, uma vez que os autores associavam o consumo de álcool por adolescentes invariavelmente com consumo indevido da substância, associando esse consumo a riscos de adquirir doenças sexualmente transmissíveis, de engravidar sem planejamento, de sofrer infarto do miocárdio ou acidentes de trânsito, além do risco de desenvolver problemas de comportamento, e de envolvimento em situações de violência, entre

outros. Já Conte (2001) e Raupp, Milnitsky-Sapiro (2005) sugeriam que a política voltada aos jovens, no que diz respeito ao consumo abusivo de drogas, deveriam incentivar o trabalho interdisciplinar e considerar, da perspectiva dos jovens, suas especificidades, reconhecendo desde a singularidade desses sujeitos e sua configuração na família e no local onde vivem até, da perspectiva das drogas, discutir e explicitar a valorização social do consumo de drogas como fonte de prazer, de reconhecimento, como refúgio para aliviar problemas cotidianos e também como decorrência do *ideal da sociedade de consumo*. Os autores propunham reflexão acerca do consumo de drogas entre os jovens de maneira mais abrangente, avaliando a importância de não reduzi-los a uma *categoria de risco*.

No que diz respeito à problemas associados a situações de abandono e de violência social e também de entrada dos jovens na criminalidade e no tráfico, Monteiro, Cecchetto (2006) sugeriam políticas de incentivo à operacionalização de programas sociais, como alternativa a essas situações problemáticas. Consideraram que a participação de jovens nesses programas pode representar a inserção no mercado de trabalho, e também possibilitar aquisição de conhecimento em temáticas desenvolvidas pelo projeto, como por exemplo as relacionadas à saúde reprodutiva e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, que para esses autores potencializam o enfrentamento dos jovens a essas situações problemáticas. Ainda atinente a uma dessas problemáticas – o abandono – Oliveira, Milnitsky-Sapiro (2007), avaliaram várias instituições de abrigo, sinalizando o grande problema que significa o desligamento institucional do jovem, ao completar 18 anos, sem perspectiva de encaminhamento ou continuidade de monitoramento desse jovem.

Eduardo, Egry (2007) avaliaram projetos para crianças e adolescentes inscritos no CMDCA e/ou CMAS do município de São Carlos-SP, na perspectiva do ECA, descreveram que o objetivo da maioria deles é evitar a delinquência juvenil.

Os artigos mais críticos, tanto no que diz respeito à apresentação de fundamentação teórica que considere as raízes sociais da pobreza e dos problemas dos jovens quanto na avaliação das ações advindas das políticas públicas são Sposito, Corrochano (2005), Sposito, Carvalho Silva, Souza (2006), Belluzzo, Victorino (2004), Cunha, Rodrigues, Machado (2007).

Trabalhos de Sposito, Corrochano (2005), Sposito, Carvalho Silva, Souza (2006) avaliaram iniciativas públicas voltadas a jovens. Sposito, Corrochano (2005) analisaram programas de transferência de renda, que são focalizados em jovens pobres e Sposito, Carvalho Silva, Souza (2006) avaliaram projetos dirigidos a jovens em 74 municípios de regiões metropolitanas no país. Ambos identificaram semelhantes características nos projetos e ações, que tomam esses jovens como potencialmente perigosos por não conseguirem inserção no trabalho ao mesmo tempo em que não conseguem manter-se sem trabalhar, contrariamente aos jovens que podem manter-se dependentes de suas famílias até completarem o ciclo de estudos que os prepara para o ingresso no trabalho, mais tardiamente que aqueles. Também avaliam que para não se caracterizarem como assistencialistas, e para ocuparem o tempo livre desses jovens – também considerado como potencialmente perigoso – obrigam os jovens a contrapartidas que vão desde a manutenção de frequência no ensino formal até a realização de trabalhos voluntários no território onde residem.

Belluzzo, Victorino (2004) abordam, por meio da avaliação do Programa Jovem Cidadão do governo do estado de São Paulo, o tratamento dado aos jovens pelas ações públicas, que – dada a concorrência às insuficientes vagas – promovem processo seletivo que exclui os jovens detentores de piores condições de acesso a bens e cidadania, que os torna mais tímidos, com mais dificuldade de se expressar e mais nervosos na entrevista por já se auto avaliarem como insuficientes para ocupar a vaga de estagiários, prática que dá continuidade à *discriminação social da pobreza*. Analisam os limites decorrentes de práticas sociais de segregação da pobreza no encaminhamento das demandas desse segmento, no Brasil.

O artigo de Cunha, Rodrigues, Machado (2007), que analisa o Projeto AJA-Expansão, da Secretaria Municipal da Educação de Goiânia, parte de uma política pública municipal de combate emergencial e estrutural às situações de exclusão social em Goiás. Foi a única descrição de projeto que aborda ações pautadas na perspectiva de jovens como sujeito de direitos e de cidadania. O artigo descreve experiência de alfabetização de jovens e adultos, tomando-os como sujeitos sociais e utilizando metodologia dialógica para o processo de ensino, por meio de discussões na perspectiva de transformação da realidade desses sujeitos, nos moldes da educação popular.

Foi ainda realizada uma última verificação da produção científica, utilizando as palavras indexadas <*juventude e políticas públicas*>, desta vez na base de dados SciELO. Foram relacionados 25 trabalhos, dos quais 21 artigos foram selecionados (retirando-se tese, trabalhos repetidos ou com temas que destoavam da temática de interesse – juventude e políticas públicas).

Os trabalhos selecionados foram escritos entre 2003 e 2009, sendo que 18 a partir de 2006. Portanto, são bastante recentes. Os autores dos artigos estão concentrados em instituições da região sudeste do país, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, com 12 e 5 estudos respectivamente. As áreas mais contempladas com pesquisas selecionadas foram a psicologia e a educação seguidas pela medicina/ saúde pública. Os temas mais abordados foram a sexualidade (oito artigos), a violência (três artigos), a educação (dois artigos) e as redes de proteção (dois artigos) entre outros.

Entre os trabalhos que abordavam a sexualidade, Calazans et al (2006) relatam a experiência de acolhimento e cuidado por meio da educação entre pares, para adolescentes em regiões de vulnerabilidade social no âmbito da prevenção de DST/AIDS; Silva et al (2008) descrevem como jovens religiosos e autoridades religiosas compreendem a sexualidade; Alves, Brandão (2009) discutem as situações de vulnerabilidade no uso de métodos contraceptivos por adolescentes; Altmann (2007) critica a priorização de políticas sociais que tomam a abordagem problemática do adolescente em temas relacionados à sexualidade; Pinho (2007) tece críticas as modernas relações raciais e de gênero entre a juventude em periferias; Barbosa, Giffin (2007) fazem críticas ao fato de em geral a discussão enfocada em gênero, sexualidade e saúde reprodutiva ser produzida isoladamente das questões de vida mais ampla do jovem e dessa forma apenas exercerem controle sobre a reprodução social desse jovem; Rios et al (2008) analisam a importância das culturas religiosas na construção da sexualidade do jovem; e Villela, Doreto (2006) utilizam a noção de vulnerabilidade e chamam pela necessidade das políticas públicas considerarem os diferentes contextos sócio-educacionais dos jovens.

Sobre as redes de proteção, para Ayres, Pereira, Cardoso (2009) existiria atualmente a garantia à violação dos direitos da criança e do adolescente na produção de inclusão social, em especial a política de abrigamento, e para Costa, Rossetti-Ferreira (2009) prioriza-se o abrigamento em instituições e as famílias adotivas, em detrimento

da família de acolhimento.

Os trabalhos que destacam o tema da violência são artigos críticos ao atual modelo de sócio-educação privativa de liberdade, críticos a não participação da juventude na construção de experiências de segurança pública e críticos a institucionalização das ações, em geral assistencialistas, que não incorporam nenhum novo elemento à cidadania do jovem, são eles respectivamente: Aginsky, Capitão (2008), Ramos (2007), Lopes et al (2008).

Três outros trabalhos se debruçaram sobre ações das políticas de educação do jovem. Zibas, Ferretti, Tartuce (2006) denunciam a falta de espaços de participação e de decisão para os jovens na dinâmica escolar, Raitz, Petters (2008) destacam as incertezas e a não garantia de inserção no mercado de trabalho, mesmo com o aumento da escolarização, especialmente a camada mais popular e Weller, Silveira (2008) que reúnem avaliações dos próprios jovens a respeito das ações afirmativas em universidades públicas brasileiras.

Os estudos de Sposito, Carrano (2003), Tommasi (2004), Sposito, Carrochano (2005), Sposito, Carvalho Silva, Souza (2006) (esses dois últimos presentes também em outra das revisões anteriores) realizaram uma análise das políticas públicas. Criticaram a noção de risco e pressupostos que orientam os programas sociais destinados a jovens pobres, propondo uma pauta ampliada de direitos públicos de caráter universal que supere a falta de legitimidade e de extrema precariedade. Relatam um campo crescente de ações para jovens, que, no entanto, continuam sendo majoritariamente destinadas aqueles jovens que se encaixam na classificação de vulneráveis ou de produtor de risco social. Ressaltam, por fim, as possibilidades de maior conflito e interação negociada entre atores no âmbito da cidade.

Amparo et al (2008) investigaram os fatores sociais e pessoais que podem servir como proteção ao adolescente e jovens em situação de risco. Associa a resiliência a um sistema saudável de desenvolvimento.

Os trabalhos selecionados nos diferentes levantamentos bibliográficos, tanto os nacionais quanto os internacionais, evidenciaram que as políticas públicas direcionadas à juventude, embora tenham apresentado avanços se tomarmos o curso da história da proteção social dirigida e esse segmento, e na particularidade do Brasil com a promulgação do ECA na década de 1990, ainda estão expressas em ações pautadas

majoritariamente na concepção de juventude como etapa problemática – operacionalizadas em projetos ou instituições no âmbito da saúde, da justiça, ou em ações pautadas na concepção de juventude como uma fase transitória entre a infância e a idade adulta – operacionalizadas em instituições de ensino, ou em projetos que oferecem aulas, palestras, oficinas, com intuito pedagógico, para desviar o jovem da possibilidade do ócio e do tempo livre e o prepara para a competir por uma vaga de estagiário em alguma atividade produtiva.

1.2. PROBLEMAS DE ESTUDO, OBJETIVOS E FINALIDADE

Pressupondo-se que as políticas voltadas aos jovens no município de Santo André acompanharam as tendências mais gerais do Estado brasileiro, supõe-se neste estudo que os projetos estejam focalizados a alguns segmentos, que as ações não sejam implementadas para responder necessidades de grupos sociais, e que estejam pulverizadas em diferentes entidades de atendimento, para responder a situações/ grupos de risco, embora devam ter produzido experiências para responder alguma instância de necessidades dos jovens frequentadores desses projetos.

No entanto, é importante ressaltar que Santo André, campo empírico deste estudo, mesmo que acompanhe as tendências mais gerais do Estado brasileiro, neoliberal e periférico, teve um percurso rico de experiências e projetos voltados à juventude (Almeida et al, 2008) produzidas ao longo de três gestões petistas consecutivas (1997-2001, 2001-2004 e 2005-2008), interrompida pela gestão petebista no período de 2009 a 2012.

Este estudo tomou como questões: quais são e como se caracterizam as instituições e projetos sociais que se propõem a operacionalizar as políticas direcionadas à população de jovens, no município de Santo André? Como as ações desenvolvidas por essas instituições se articulam entre si, e com o projeto público municipal em Santo André?

1.2.1. Objetivos

Para responder a essas questões, os objetivos específicos deste estudo foram:

- Descrever as instituições com projetos e ações voltados a jovens, do município de Santo André;
- Analisar as características dos projetos e ações desenvolvidas por essas instituições.

Com vistas ao objetivo geral de analisar as características das políticas públicas dirigidas aos jovens no município de Santo André, uma vez que neste estudo tomou-se projetos e ações como instrumentos da operacionalização das políticas sociais para a juventude, por sua vez tomadas como propositoras de respostas às necessidades de jovens dos diferentes grupos sociais, em direção a um dado projeto de hegemonia.

1.1.2. Finalidade

Alicerçar o desenvolvimento de ações coletivas, inclusive aquelas operacionalizadas pelas políticas públicas.

“Quando, seu moço/ Nasceu meu rebento/ Não era o momento/ Dele rebentar/ Já foi nascendo/ Com cara de fome/ E eu não tinha nem nome/ Prá lhe dar/ Como fui levando/ Não sei lhe explicar/ Fui assim levando/ Ele a me levar/ E na sua meninice/ Ele um dia me disse/ Que chegava lá/ Olha aí! Olha aí!

Olha aí!/ Ai o meu guri, olha aí!/ Olha aí!/ É o meu guri e ele chega!

Chega suado/ E veloz do batente/ Traz sempre um presente/ Prá me encabular/ Tanta corrente de ouro/ Seu moço!/ Que haja pescoço/ Prá enfiar/ Me trouxe uma bolsa/ Já com tudo dentro/ Chave, caderneta/ Terço e patuá/ Um lenço e uma penca/ De documentos/ Prá finalmente/ Eu me identificar/ Olha aí!

Olha aí!/ Ai o meu guri, olha aí!/ Olha aí!/ É o meu guri e ele chega!

Chega no morro/ Com carregamento/ Pulseira, cimento/ Relógio, pneu, gravador/ Rezo até ele chegar/ Cá no alto/ Essa onda de assaltos/ Tá um horror/ Eu consolo ele/ Ele me consola/ Boto ele no colo/ Prá ele me ninar/ De repente acordo/ Olho pro lado/ E o danado já foi trabalhar/ Olha aí!

Olha aí!/ Ai o meu guri, olha aí!/ Olha aí!/ É o meu guri e ele chega!

Chega estampado/ Manchete, retrato/ Com venda nos olhos/ Legenda e as iniciais/ Eu não entendo essa gente/ Seu moço!/ Fazendo alvoroço demais/ O guri no mato/ Acho que tá rindo/ Acho que tá lindo/ De papo pro ar/ Desde o começo eu não disse/ Seu moço!/ Ele disse que chegava lá/ Olha aí! Olha aí!/ Olha aí!/ Ai o meu guri, olha aí/ Olha aí!/ E o meu guri!”

(O Meu Guri, de Chico Buarque)

2. DEFINIÇÃO DA CATEGORIA ANALÍTICA

A definição de jovem como aquele com idade entre 15 e 24 anos foi convencionada em 1985, Ano Internacional de Juventude, pela Assembléia Geral da ONU. Existe um certo consenso quanto ao limite inferior da idade juvenil, 15 anos, porque o parâmetro definido se assenta no enfoque biológico e psicológico. Mas isso não acontece igualmente com o limite superior, 24 anos, que apresenta uma diversidade de critérios (Camacho, 2007). O período final da juventude pode ainda encurtar para jovens pobres, da zona rural, do sexo feminino, dos países subdesenvolvidos, ou alongar segundo outros critérios.

Para Martins (2000) outros limites etários como o que vai até 19 anos, limite que para ele sofre forte influência dos “teen” norte-americanos, representariam a realização do poder de hegemonia estadunidense. As concepções que submetem a adolescência apenas ao fenômeno da puberdade ou a eventos predeterminados e sequenciais pressupõem uma universalidade e uma homogeneidade dessa fase da vida.

Este estudo, porém, adota referenciais que propõem a superação da compreensão de juventude como etapa do ciclo vital, como etapa transitória entre a infância e a vida adulta.

Compreende que a juventude é social e histórica,

“pode existir hoje e não existir mais amanhã, em uma nova formação social; pode existir aqui e não existir ali; pode existir mais evidenciada em um determinado grupo social, em uma mesma sociedade” (Bock, 2004: 42).

Pode-se evidenciar essa afirmação ao se observar o lugar de importância que passou a ter o jovem na sociedade após a revolução francesa, ser moço passou a ser algo positivo. Isso porque afinal era necessária uma ideologia capaz de produzir a mudança de todo o sistema político e econômico vigente.

Para Soares (2009b) a juventude pode ser conceituada como categoria social, justamente porque é construída a partir das contradições inerentes à organização e ao funcionamento do modo de produção. Ela não se encerra no âmbito individual, universalizando e homogeneizando a pessoa, desconhecendo-se ou dedicando um lugar

marginal à condição de classe dos jovens. Por isso, considera-se que a categoria social juventude compreende as várias juventudes nas diferentes classes sociais, ou seja, os jovens não são todos iguais e embora façam parte da mesma geração, passam por diferentes processos de trabalho e vida.

Nessa perspectiva a juventude – assim como as demais fases da vida – não é universal, os jovens estão inseridos em classes sociais e sofrem as inflexões dos processos de reprodução social das famílias a que pertencem (Soares, 2009b).

Segundo Pais (1990) as medidas legislativas, como as políticas públicas, podem ser implementadas na tentativa de responder a questões de uma dada fase cronológica – como é o caso da juventude – quando essas se apresentam como expressão de determinados problemas sociais, na tentativa de resolvê-los mesmo que parcialmente.

Para Belluzzo, Victorino (2004: 8)

“as políticas públicas caracterizam-se por processos decisórios voltados para a formulação, implementação e avaliação de ações ou programas destinados ao atendimento das demandas sociais. Essas decisões revelam ‘o que fazer’ ou ‘não fazer’ e, sobretudo, ‘como fazer’, ou seja, a orientação política que deverá nortear a ação pública e regular as formas de interação entre agentes promotores, parceiros e segmentos-alvo da política.

A ação pública na área social, além da dimensão da prestação de serviços e geração de bens à coletividade, contém a definição dos modos de interação entre os agentes da política e sua regulação. Tal ação reflete a concepção do sujeito-alvo e a forma de se lidar com ele, sendo, no plano mais amplo, respaldada pelo modelo político-institucional vigente no país”.

Tomando essa compreensão, julga-se necessário identificar a concepção de juventude adotada pelas políticas públicas voltadas a esse segmento, uma vez que a conformação das ações e programas públicos sofre os efeitos das concepções a respeito do objeto/sujeitos a que se dirigem, mas também provoca, com as ações que mobiliza, modificações nas imagens que a sociedade constrói sobre seus sujeitos (Sposito,

Carrano, 2003).

Para essa identificação utilizou-se a sistematização das concepções de juventude proposta por Abramo (2005), Krauskopf (2005), que tipifica quatro tipos de abordagens de juventude, considerando as experiências históricas no mundo inteiro - *a juventude como período preparatório; a juventude como etapa problemática; o jovem como ator estratégico do desenvolvimento; e a juventude como sujeito das políticas*. Essas concepções serão utilizadas neste estudo nos moldes de categorias analíticas.

Socialmente a juventude, mais especificamente a adolescência, começou a ser reconhecida e nominada como uma fase de vida quando, a partir da segunda metade do século XIX, tensões e problemas associados a ela passaram a ser associados a uma certa *cultura adolescente*, que passou a representar preocupação social, especialmente à medida em que entre os marginalizados, os imigrantes de grandes metrópoles - as *classes perigosas* (Abramo, 1997) – desenvolvem-se formas de marginalidade social e delinquência (Pais, 1990).

No entanto, a juventude passou a ser objeto de preocupação dos poderes públicos quando esses *atos de delinquência juvenil* ultrapassaram os limites desses setores marginais, ocorrendo também entre jovens de setores operários integrados e de classe média. A juventude então passou a categoria social potencialmente delinquente, por sua própria condição etária, uma *fase inerentemente difícil*, o que leva a localizar o problema na fase da vida e na formação de *culturas juvenis* que são tomadas como antagônicas à sociedade adulta (Abramo, 1997).

Também no Brasil esse foi o contexto do aumento da visibilidade e da atenção destinada ao segmento juvenil, que frequentemente destaca os aspectos negativos, associados a problemas dos ou causados pelos jovens, que se tornam mais visíveis pelos problemas do que pelo sofrimento (Abramo, 1997).

Essa interpretação teve como consequência respostas dos poderes públicos identificadas com a prescrição de medidas que pudessem controlar e conter atos desviantes (Abramo, 1997). Nos EUA, por exemplo, as medidas adotadas foram o prolongamento da escolaridade, a legislação sobre trabalho infantil, que definia a idade a que os adolescentes podiam começar a trabalhar, o próprio surgimento da família contemporânea, com o correspondente aumento da dependência dos jovens em relação às suas famílias de origem, a proliferação de casas de correção para menores, entre

outras (Pais, 1990: 148).

Não foi diferente no Brasil, uma vez que as políticas públicas voltadas aos jovens, mais especificamente aos menores de 18 anos, tiveram suas raízes na necessidade de estabelecer mecanismos para proteger as crianças do desvio do caminho do trabalho e da ordem. Essa preocupação com o saneamento social de tipos indesejáveis já estava inscrita no primeiro Código de Menores do Brasil, de 1927. Até o final da década de 1970 esse Código orientou a formulação das políticas públicas dirigidas a crianças e jovens, desde que tivessem menos de 18 anos (Castro, Abramovay, 2002: 21) e em uma determinada condição social – a de pobreza.

Analisando as ações dos poderes públicos voltadas à prevenção e ao controle de comportamentos desviantes e problemáticos, Abramo (2005), Krauskopf (2005) tipificaram a concepção de juventude como **fase transitória, período de transição entre a infância e a vida adulta**, etapa que requer o esforço coletivo – principalmente da família e da escola – para transformar o jovem em adulto socialmente ajustado e produtivo, por meio de um processo de socialização que prevê etapas sucessivas e organizadas, que têm o intuito de agregar os elementos socioculturais característicos do mundo adulto. Esse processo vai progressivamente da formação escolar, aos relacionamentos afetivo-sexuais, à posterior inserção no mercado de trabalho e constituição de domicílio próprio, até o casamento e a parentalidade, quando então esse jovem passa para o ciclo da vida adulta, na qual se espera que a marca seja a estabilidade. O jovem que não cumpre essas etapas de socialização é identificado como desviante ou disfuncional (Aquino, 2009).

Nessa abordagem a política por excelência é a educação, e apenas como complemento, programas dirigidos ao uso do tempo livre, atividades ligadas ao esporte, ao voluntariado ou até mesmo o serviço militar. Cria uma condição idealmente homogênea, centrada na possibilidade de viver a dedicação à preparação, que não se realiza para todos os jovens, o que acaba por gerar novas situações de exclusão (Abramo, 2005).

Abramo (2005), Krauskopf (2005) também definiram a concepção de **juventude como etapa problemática**, caracterizada pelos problemas que ameaçam a ordem social vigente ou a partir das manifestações não esperadas no desenvolvimento dos jovens, relacionadas a comportamentos de risco e transgressões. Essa abordagem gera políticas

de caráter compensatório, principalmente para os setores urbanos e populares, sendo a maioria das ações desenvolvida nos setores da saúde e da justiça. Essa concepção constrói, ou no mínimo reforça, uma estigmatização da juventude, como *menor*, com *cara de bandido* (Abramo, 2005).

Abramo (2005), Krauskopf (2005) definiram ainda a concepção de **juventude como ator estratégico do desenvolvimento**, que pode ser configurada recentemente, no final do séc. XX.

O importante crescimento da população jovem – a onda jovem – foi tomado como bônus demográfico, à medida que os jovens passavam a compor a população economicamente ativa e produtiva, possibilitando impactar positivamente o desenvolvimento socioeconômico. Como decorrência, a perspectiva de tomar a **juventude como ator estratégico do desenvolvimento** ganha importância, obscurecendo em parte a preponderância da conotação da juventude como etapa problemática (Aquino, 2009).

A abordagem do **jovem como ator estratégico do desenvolvimento**, põe em relevo a noção de protagonismo e orienta a juventude a solucionar os problemas de exclusão social pela formação de capital humano e social. Essa concepção reconhece os jovens como atores dinâmicos da sociedade e com potencialidades para acompanhar as inovações científicas e as transformações produtivas, trazendo uma incorporação à formação educacional e de competências no mundo do trabalho, fazendo uma aposta de que problemas relacionados à comunidade dos jovens e à sociedade podem sejam resolvidos por eles, ou seja, toma os jovens como *protagonistas do desenvolvimento local* (Aquino, 2009).

No entanto, nessa abordagem é depositada sobre os jovens a aposta para a realização das necessárias reformas das sociedades modernas. Porém, esse enfoque não explicita o modelo de desenvolvimento no qual os jovens se inserem como protagonistas (Abramo, 2005).

Para o caso brasileiro, é importante acrescentar que vigora ainda outra vertente que encontra conexões com esse paradigma. Decorrente da adoção desse novo enfoque, o jovem como ator estratégico do desenvolvimento, passa a ter responsabilidade pela participação política da sociedade.

Essa concepção coloca a questão da participação no centro do papel designado

aos jovens, e tem sido um elemento importante de pressão para a formulação das políticas de juventude; por outro lado, apresenta dificuldade na visualização das necessidades e direitos específicos dos jovens. Essa perspectiva pode alimentar uma falsa polarização, ou uma acentuação do conflito entre gerações, em detrimento de outros que estão na base das necessidades dos jovens, como os conflitos atinentes à inserção de classe social (Abramo, 2005).

Na abordagem, que toma o **jovem como sujeito de direitos**, a juventude é compreendida como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social, deixando de ser definida por suas incompletudes ou desvios, como também descrevem Sposito, Carvalho Silva:

“A iniciativa é emergente, constituindo-se em um conjunto de ações que não situam os jovens apenas como destinatários de propostas de compensação diante a sua situação de exclusão social. Ao contrário, gestores e técnicos estão empenhados em romper com uma visão estigmatizada do jovem. Buscam legitimá-lo e reconhecê-lo como sujeito capaz, com direito de assumir papéis sociais e participar da construção da cidade, sem que isso acarrete em uma negação de sua condição juvenil, de suas formas de expressão e de manifestação” (Sposito, Carvalho Silva, 2009: 402).

No que diz respeito ao Brasil, as políticas públicas voltadas ao segmento juvenil, ainda que sempre atrelados aos direitos das crianças, tiveram origem no mesmo contexto social que regulamentou a universalização do direito à saúde – década de 1990 – com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

No entanto, a universalização das políticas públicas não se efetivou, uma vez que passaram a seguir o critério *etário* – apenas e legalmente aqueles entre doze e dezoito anos incompletos – e o critério *econômico-social* – jovens em processo de *exclusão ou risco* – deixando à deriva um enorme contingente que não está marginalizado, mas que enfrenta enormes dificuldades para acessar bens e conquistar direitos de cidadania (Abramo, 2005; Sposito, Carrano, 2003).

Houve também entre os jovens, na década de 1990, significativos índices de

desemprego, de precarização das condições de vida e tomou vulto o aumento de mortes nessa faixa etária, em virtude das situações de violência, de tráfico de drogas. Esse quadro fomentou a necessidade de políticas sociais voltadas à inclusão de parcela de jovens, sob a forma de projetos focalizados às camadas mais pobres (Sposito, Carrano, 2003).

O Estado brasileiro passou então a introduzir políticas compensatórias para os jovens *excluídos*, conferindo plena liberdade para o mercado explorar direitos sociais como os de saúde e educação, incentivando os que podem pagar a acessar esses serviços através do mercado (Soares, 2009b).

Algumas ações no âmbito de vários ministérios passaram a ser implementadas, ainda que sem articulação entre si.

Em 2003 o governo federal se empenhou em promover políticas compensatórias, dando continuidade ao governo anterior, como o Programa Primeiro Emprego e o Programa ProJovem, criando também duas instâncias governamentais para tratar do tema – a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude. Ao mesmo tempo, também se multiplicaram as organizações não-governamentais (ONGs) que se propunham a desenvolver ações e projetos voltados aos jovens, majoritariamente nas periferias das grandes cidades, especialmente projetos de natureza cultural (Sposito, Corrochano, 2005).

Na esfera municipal, governos progressistas se pautaram por melhorar a articulação entre as iniciativas isoladas, criando alguns canais de comunicação com os jovens. No entanto, análise dos diferentes programas mostra o caráter ainda focalizado em bairros pobres, onde há ausência de serviços públicos, e vinculado à expectativa de uma contrapartida que não é exigida de jovens de outras classes sociais em outras situações ou instituições públicas (Sposito, Corrochano, 2005).

Apesar das boas intenções dos programas, o que buscam, explicita ou implicitamente, é uma contenção do risco real ou potencial dos jovens, afastando-o das ruas ou ocupando o tempo classificado como ocioso. Grosso modo pode-se dizer que a maior parte desses programas está centrada na busca de enfrentamento dos problemas sociais que afetam a juventude mas, no fundo, tomando os jovens eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social (Abramo, 1997).

2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO SEGMENTO JUVENIL, NO BRASIL, E A CONCEPÇÃO DE JUVENTUDE PREPONDERANTE QUE ADOTAM

Para Bango (2008) as primeiras iniciativas de políticas para a juventude são da década de 1950, podem ser caracterizadas como ações educativas que buscavam a incorporação dos jovens nos novos processos sociais e econômicos, tanto pelo investimento em educação, convencidos da possibilidade de mobilidade social ascendente, quanto pela necessidade de ocupação do tempo livre com atividades na maior parte das vezes ligadas a modalidades esportivas.

Assim, as ações e programas que adotam a concepção de **juventude como etapa transitória**, voltados a esses jovens pobres, configuram-se como programas de capacitação profissional e treinamento para o trabalho, que em sua maioria nem qualificam para o trabalho e nem se comprometem com o encaminhamento para o mercado de trabalho (Abramo, 1997), e a *relação estabelecida com os jovens, em qualquer projeto, é a de educadores. A política por excelência é a Educação*, que toma um caráter de universalidade, garantida como direito pelo Estado (Abramo, 2005: 20). Porém, esse caráter não considera as diferenças das condições de reprodução social a que estão submetidos os jovens, colocando homogeneamente os jovens de diferentes classes sociais numa mesma expectativa de transição linear e funcional entre a infância e a vida adulta não promovendo, portanto, acesso a um direito ativo.

As políticas públicas também direcionam programas, como complemento do período em que o jovem deve frequentar o ensino formal ou serviço militar, voltados a ocupar o tempo livre dos jovens – esportes, lazer e voluntariado – *para garantir uma formação sadia dos jovens* (Abramo, 2005: 20).

Embora o enfoque das políticas dos anos 60 e 70, em tempos de ditadura militar, fosse o controle social, com ações votadas à supressão e repreensão da mobilização social, visando aplacar os conflitos políticos pela via autoritária (Bango, 2008), a concepção da **juventude como etapa problemática** é incorporada pelas políticas públicas apenas a partir da década de 1980 (Bango, 2008, Abramo, 2005). Essa perspectiva, que caracterizou as ações públicas nos anos 80 e 90, identifica os jovens como o grupo prioritário sobre o qual deveriam recair as ações de controle social tutelar

e repressivas (Abramo, 2005).

As políticas de compensação social são características dessa concepção, que no Brasil tentavam evitar estouros sociais e, assim, dar um marco de estabilidade política e continuidade aos processos de ajuste estrutural. Ainda que os programas não fossem catalogados como juvenis, em praticamente todos os casos, a maior parte dos beneficiários eram jovens (Bango, 2008).

Os projetos e programas que tomam a **juventude como etapa problemática** são desenvolvidos majoritariamente por instituições e projetos de trabalho social (ONGs, associações beneficentes, instituições de assistência, entre outros), e as ações e programas orientados pelas políticas públicas configuram-se preponderantemente como programas de ressocialização (oficinas ocupacionais, atividades esportivas e educação não formal) (Abramo, 1997).

“quase todas as justificativas de programas e políticas para jovens, quaisquer que sejam elas, enfatizam o quanto tal ação pode incidir na diminuição do envolvimento dos jovens com a violência” (Abramo, 2005: 20-1).

Na década de 1990 ganham a cena social alguns projetos e programas que tomam o **jovem como ator estratégico do desenvolvimento**, ainda esparsos e centrados em políticas de capacitação (Bango, 2008).

Esse enfoque induziu ao recrutamento dessa população para vários campos da atuação pública, exemplo disso foi o que aconteceu na área da saúde, em que jovens foram instrumentalizados para serem *multiplicadores*, especialmente no âmbito de ações voltadas à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez entre adolescentes.

Já as políticas geradas com a assunção da concepção de **juventude cidadã como sujeito de direitos** devem ser

“centradas na noção de cidadania, abrindo a possibilidade da consideração dos jovens como sujeitos integrais, para os quais se fazem necessárias políticas articuladas intersetorialmente” (Abramo, 2005: 22).

Em síntese, pode-se afirmar que as concepções majoritariamente incorporadas nas políticas públicas voltadas ao segmento juvenil no Brasil ainda são aquelas que tomam a juventude como período de transição para a vida adulta e etapa também tomada como problemática para um grande contingente de jovens, por desenvolverem comportamentos desviantes ou delinquentes.

Para Abramo (2008) existem três modelos básicos de espaços institucionais de juventude – centros que acolhem os jovens no período extra-escolar, com atividades lúdicas e formativas para a ocupação do tempo livre; centros de referência para jovens ou grupos juvenis com atividades de informação, expressão e participação; e centros de convivência e atenção onde se desenvolvem projetos específicos para jovens por parte de diferentes áreas do poder público.

Esses espaços desenvolvem, majoritariamente no Brasil, programas que de um lado visam acabar ou diminuir dificuldades de integração social de adolescentes em desvantagem social – programas de inclusão social, através de educação não-formal, oficinas ocupacionais e atividades que promovem, sobretudo, algumas modalidades esportivas e arte; e de outro lado programas de capacitação profissional e de encaminhamento para o mercado de trabalho, que muitas vezes não logram promover qualquer tipo de qualificação para o trabalho.

3. METODOLOGIA

3.1. TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa utilizou métodos qualitativos para apreensão do objeto e análise dos dados por ser o método mais indicado para apreensão da realidade dinâmica e complexa (Lüdke, André, 2001), coerentemente às características do objeto estudado, e em consonância com os pressupostos teóricos que o orientaram.

3.2. CAMPO DO ESTUDO

O município de Santo André/SP integra o Grande ABC, parte da Região Metropolitana de São Paulo. O ABC é uma região tradicionalmente industrial do Estado de São Paulo e surge no cenário nacional por ter se tornado o berço do movimento sindical nas décadas de 1970 e 1980. A sigla vem das três cidades que originalmente formavam a região. Ao longo do tempo foram ocorrendo divisões geopolíticas e a incorporação de outras 4 cidades. A cidade de Santo André possui uma população estimada de 673.396 habitantes (IBGE, 2010), conta com áreas rural e de mananciais.

Se considerarmos os indicadores de exclusão social formulados por Pochmann, Amorim (2003) para se demonstrar a qualidade de vida dos moradores das cidades⁵, Santo André apresenta condições satisfatórias quanto aos índices de desigualdade (0,816), pobreza (0,816), analfabetismo (0,921). Outros indicadores já apresentam valores menores como escolaridade (0,754), violência (0,792) e principalmente emprego formal (0,209).

Segundo o Censo feito em 2000, existiam 121.814 jovens em Santo André entre os quais 12,5% dos jovens moram em habitações precárias, que 32,6% estão desempregados e que 50,3% possuem renda familiar per capita até 2 salários mínimos.

Na cidade de Santo André, no período de 2001 a 2005, a juventude ocupa o segundo lugar na distribuição dos casos de AIDS, com 834 casos, representando 30% do total de pessoas com AIDS, sendo que o sexo masculino responde por 69% desses casos (Secretaria de Saúde de Santo André, 2009).

As chamadas “causas externas” representam dois terços das mortes ocorridas entre jovens de 15 a 19 anos, em 2005. Cabe destacar os acidentes de trânsito nesse quadro de violência urbana, muitos envolvendo motos sem o uso de capacetes. A violência tem atingido de forma marcante os jovens do sexo masculino, causando forte impacto demográfico (Secretaria de Saúde de Santo André, 2009).

Nos serviços municipais de saúde – Pronto Socorro, Saúde Mental, DST/Aids e outras unidades de saúde – constatam-se o uso abusivo de álcool como um dos grandes agravos em relação ao consumo de drogas nas demandas trazidas pelos usuários jovens (Secretaria de Saúde de Santo André, 2009).

⁵ A condição social considerada ideal se aproxima do índice 1 e a mais grave condição tende ao 0.

Segundo relatório final do Projeto Grande ABC Integrado divulgado no Diário do Grande ABC (2010c), sexta e sábado são os dias em que há maior concentração de crianças e adolescentes na rua. Eles estão em 121 locais públicos em toda a região. A maioria é do sexo masculino (75%) e tem entre 12 e 18 anos. Eles circulam principalmente no entorno de corredores de comércio ou nas proximidades de bares e restaurantes. É predominante a concentração nas ruas de crianças pardas e negras (72,5%).

O relatório mostrou ainda que ao todo, 86,25% dos entrevistados possuem família com residência fixa e voltam para casa todos os dias. Por este motivo, são caracterizados como crianças ou adolescentes na rua. Os menores de rua moram nas vias públicas e apareceram em menor quantidade.

Das crianças e adolescentes encontrados tentando ganhar a vida pelas vias da região, a maioria (68%) vendia balas. Em seguida, apareceram pedindo dinheiro e outros lavam pára-brisas e fazem malabares. Em média, esses jovens passam entre cinco e sete horas nas ruas. Grande parte deles não nasceram no Grande ABC, mas escolheram as ruas da região para fazer qualquer coisa em troca de um pouco de dinheiro para satisfazer desejos pessoais e acrescentar alguns trocados no minguado orçamento familiar.

Segundo Oliveira (2008), existe, em Santo André, uma multiplicidade de programas/ projetos/ ações para o jovem em situação de risco (situação de rua, violência sexual, miséria) que visam à transferência de renda, a alfabetização, a inclusão digital, assim como o oferecimento de atividades recreativas e culturais. Entretanto, a autora considera que tais políticas são frágeis na instrumentalização do jovem e na construção do protagonismo juvenil.

Segundo Almeida et al (2008), os governos municipais da região do ABC formalizaram 106 projetos ou programas direcionados aos públicos adolescente e jovem, sobretudo a partir da década de 1990, quando foram desenvolvidos 83 projetos/ ações. Eles não se dividem de forma homogênea, Santo André e São Caetano do Sul concentram mais da metade desses projetos.

Almeida (2005) destaca que a maioria dos governos municipais do Grande ABC já na década de 1970 desenvolvia projetos e estudos voltados ao segmento juvenil dos setores populares. Nessa época a região via a gestação de dois modelos bastante

distintos de projetos. Um criava equipamentos públicos com ações de natureza sócio-educativa, com o objetivo de tirar o jovem do ócio e protegê-lo dos perigos da vida urbana, preparando-os para a vida adulta. A outra foi o fomento de atividades públicas de difusão de determinadas manifestações de coletivos jovens no campo da cultura e do lazer, por exemplo, grupos de rock, hip-hop, skate.

Almeida et al (2008) destacam ainda adaptações nos modos dos executivos municipais atuarem provocadas por ações jovens, apesar de uma participação incipiente dos jovens nas etapas de definição, implementação e monitoramento das políticas. O autor considera os jovens vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT) somados a parceiros do movimento estudantil secundarista como atores relevantes à constituição da atual estrutura institucional relativa a juventude na cidade.

Os executivos das sete municipalidades do ABC constituíram novos desenhos institucionais com o objetivo de coordenar, assessorar e qualificar as ações voltadas aos segmentos jovens. Diadema, em 1994, criou uma Assessoria de Juventude. Nesse mesmo ano, Santo André, depois São Bernardo do Campo, em 1998, Ribeirão Pires e São Caetano (Almeida et al, 2008).

Em Santo André, a Assessoria da Juventude foi formalizada a partir da Lei Municipal 7.469/97, para cumprir a função de instância assessora e executora de ações voltadas à diversidade do mundo juvenil. Entre 1997 e 2005, ela ocupou lugares diferentes, Secretaria de Cidadania e Ação Social (1997-2000), Secretaria de Participação Social (2001-2002), Secretaria de Inclusão Social e Habitação (2003-2004). Ao final de 2004, mediante ato legal a assessoria e a função pública de assessor da juventude foram extintas. Na atual gestão, nenhuma secretaria ou assessoria de juventude é prevista.

Os sucessivos deslocamentos da Assessoria de Juventude por diferentes secretarias revelam a existência de dificuldades para encontrar um lugar político para a essa estrutura pública, revelam, também, um esforço modesto dos sucessivos governos. Redundou num baixo grau de reconhecimento das competências e funções delegadas à nova estrutura. Almeida et al (2008) ressaltam que, a idéia dos jovens como ator político, a participação deles nos processos de deliberação e de formulação de ações foi intermitente e, nos processos em que ela ocorreu, a eclosão de crises foi inevitável.

Se a pertinência e o volume das atividades e projetos empreendidos não

lograram produzir uma grande visibilidade da assessoria no espaço público local, o mesmo não se pode afirmar sobre a imagem que ela foi projetando para fora das fronteiras da cidade, pois, paradoxalmente, a experiência desenvolvida pelo executivo municipal andreense com jovens, agregados e coletivos juvenis ganhou projeção em distintos espaços e contextos nacional e internacional.

Em 2004, João Avamileno – PT, ex-prefeito da cidade de Santo André, ficou entre as cinco administrações duplamente premiadas pela Fundação Abrinq (Associação dos Fabricantes de Brinquedos), receberam o prêmio destaque pelas ações e resultados obtidos em seus municípios para a melhoria da qualidade de vida para a infância e a juventude (Alencar, 2009).

Para Almeida (2001) as atividades públicas municipais foram concebidas sobre a influência das orientações contidas no então recente Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA) e quase todas eram formuladas a partir de pressupostos que dispensavam diagnósticos sobre a situação dos jovens.

Das ações indicadas pela pesquisa de Almeida (2001) mais da metade foram implementadas pelos setores da cultura e educação, nessa ordem, não sendo desprezível, porém, o percentual de projetos ou programas gestados pelos setores da saúde, da inclusão social e cidadania/desenvolvimento social e cidadania. Os projetos adotam de maneira geral as noções de vulnerabilidade e de risco social, compreendendo os jovens com características de uma relativa maturidade sexual e ao mesmo tempo uma imaturidade social, moral e política.

Para o autor existe um grande descompasso entre as trajetórias do jovens e a das ações públicas. O autor constata que prevalece uma perspectiva educativa de inspiração funcionalista. Aproximadamente, 40% do público atingido pelos projetos constituem-se de alunos das escolas pública e privada. Não só porque este público está na escola, mas principalmente porque as atividades desenvolvidas por 48% dos projetos transcorrem-se em salas de aulas. Isso garante provavelmente uma maior capilarização das ações mas também uma ação com cortes etários e econômicos bastantes definidos. Do total, apenas 16% das ações ocorrem em centros juvenis, 10% em teatros, e aproximadamente 4% dos projetos são executados em praças públicas.

Essa “forma escolar” se estende para fora da escola, confirmada no grande número de palestras, cursos e oficinas que compõem as atividades dos projetos para

jovens. Além disso, a grande maioria dos projetos conta com uma carga horária diária e são desenvolvidos num período de 6 meses ou de 11 a 13 meses, seguindo o calendário escolar, visando atuar com os adolescentes e jovens de modo complementar a escola formal, preenchendo o seu dia-a-dia.

Almeida (2005) destaca em Santo André os projetos culturais “Rock em Rua”, “Grafitando no Paço”, montagem de pista pública para a prática de *skate*. Entretanto, o autor denuncia que de modo geral era mais privilegiada a mercadoria cultural que produziam do que os atores juvenis.

De acordo com levantamento de Almeida (2001), o jovem beneficiário dos projetos pode participar dando opiniões e decidindo em 61 projetos (57,5%). Contudo, constata-se que a participação dos atores juvenis, em grande parte, limitou-se a “sugestão de atividades” (45,3%) no momento de implementação das ações e em apenas 7 ações, os jovens estabelecem interações com a equipe coordenadora.

O autor reclama ainda de uma certa *prefeiturização*⁶ no trato público com o mundo juvenil. Os dados fornecidos indicam que a maior parte dos projetos recebia recursos e pessoal exclusivamente disponibilizados pelas administrações locais. Esses dados são reveladores da inexpressividade das interações entre as diferentes esferas do Estado brasileiro no trato da condição juvenil e dos direitos dos jovens.

Para o mesmo autor as insuficientes visões e práticas desenvolvidas na cidade são consequências da inexperiência na formulação e na implementação de uma novidade em termos de arranjo político assim como a ausência de uma avaliação prévia da condição juvenil. Entretanto, apesar de reconhecer que diferentes projetos de juventude entraram em embate no interior do governo, afirma que “*nenhum deles chegou a predominar como expressão de um consenso, mesmo que provisório, para a partir dele ordenar o conjunto de ações que foram desenvolvidas*” (Almeida, 2001, p. 304).

Mesmo que na prática as ações incidiram sobre uma única dimensão da realidade juvenil, levando em consideração mais o potencial de oferta do que o volume e natureza da demanda. Em diversos momentos a suspensão e interrupção de projetos em curto espaço de tempo foi uma regra. Sendo que o peso de um Estado minimizado atinge em cheio a capacidade de resposta municipal às demandas sociais. Almeida

⁶ Diferente da municipalização, a *prefeiturização* executa em nível local ações não integradas as políticas estadual e federal.

(2001) retrata tal fenômeno afirmando que a principal justificativa para o interrompimento ou suspensão das atividades, era a diminuição gradativa da capacidade de financiamento público das várias frentes de ação que abria, impelindo o governo a promover ajustes ou cortes orçamentário-financeiros e a redefinir suas prioridades.

No governo petista os canais criados com a finalidade de assegurar a participação

“tendiam a se tornar territórios de domínio daqueles grupos mais próximos ou afinados com as posições dos jovens a quem foi confiada a competência por construir no interior do Estado um espaço que acolhesse e incentivasse as diferentes sociabilidades e identidades juvenis” (Almeida, 2001, p. 310).

Segundo Almeida (2001), o ex-governo petista em Santo André definiu o conjunto social chamado juventude como o intervalo etário de 15 a 30 anos. Entretanto, as principais ações ainda estavam concentradas no intervalo de 14 a 17 anos (Almeida, Villar, 2005).

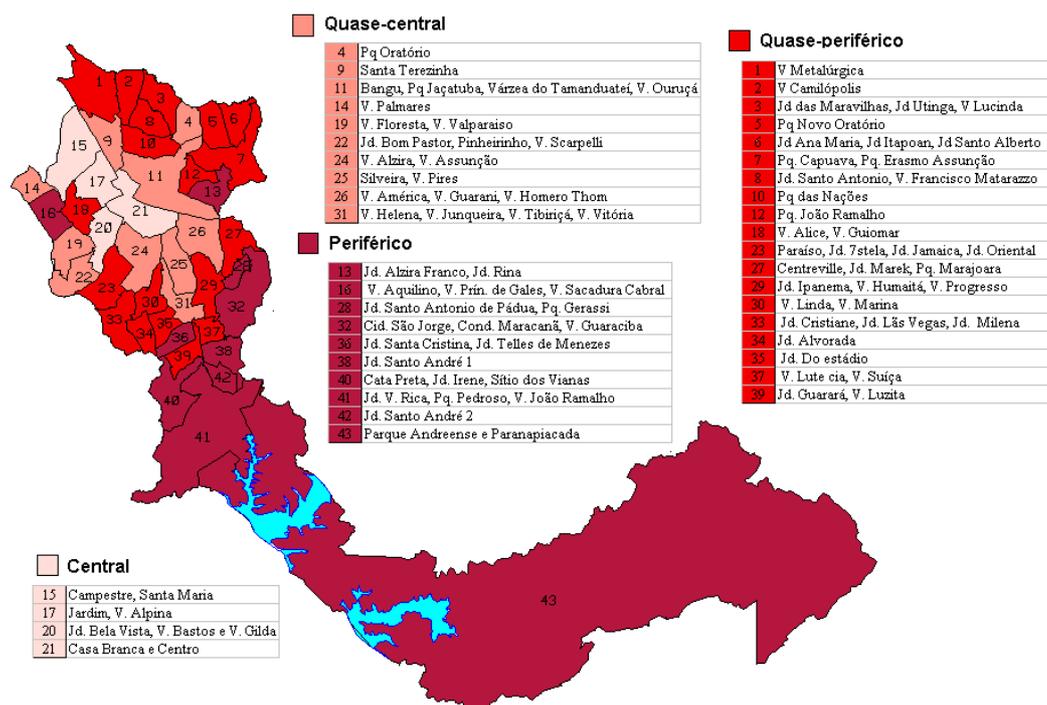
As ações públicas voltadas à juventude realizadas pelos governos do ABC têm estreitas vinculações com as mudanças ocorridas no plano econômico e na dinâmica política da região e do país. Sem desconsiderar as mudanças econômicas que geraram desemprego especialmente aos jovens nas últimas décadas de avanço neoliberal, para o autor, as ações em prol dos direitos da juventude que se concretizaram nesse momento foram consequências das alterações ocorridas na composição do “Poder Local” das cidades (Almeida, 2005).

3.3. DEFINIÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO

O estudo foi desenvolvido no município de Santo André – Região Metropolitana de São Paulo⁷.

Yonekura et al (2010) identificaram no município de Santo André 4 diferentes grupos de redes, compostos por jovens com semelhantes características sociais (intituladas de REDES centrais – taxas que correspondem a níveis adequados de acesso a bens e cidadania – REDES quase-centrais, REDES quase-periféricas – taxas de acesso a bens e cidadania mais instáveis, com padrões de instabilidade diferentes entre si – e REDES periféricas – taxas que correspondem a dificuldades mais graves de acesso a bens e cidadania) como mostra a figura abaixo.

Figura I – Mapa dos bairros identificados pelas REDES, Santo André – 2010



⁷ O município foi escolhido, entre outras razões, porque: 1) assumiu o compromisso de incorporar os resultados da pesquisa às políticas públicas voltadas aos jovens; 2) entre os pesquisadores envolvidos na consecução deste projeto estão dois trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde daquele município, que toma como objeto de pesquisa e intervenção o consumo prejudicial de drogas entre jovens.

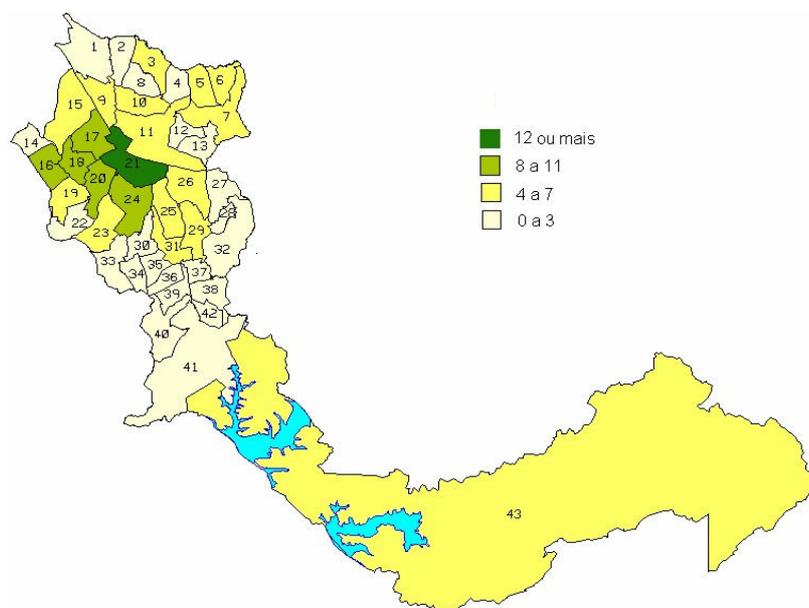
Numa primeira etapa foram identificadas através de documentos e endereços eletrônicos oficiais as instituições que têm como população alvo os jovens e posteriormente essas foram localizadas, ou distribuídas, no mapa do município, de acordo com regiões definidas por suas características de acesso a bens e cidadania.

Essa primeira identificação das instituições de referência para os jovens no município resultou num total de 364, das quais 164 são de ensino. Essa identificação provisória das instituições nos permite algumas considerações. Elas estão distribuídas heterogeneamente pelo município, como mostra a Tabela 1 e a Figura II, abaixo.

Tabela 1 – Distribuição das instituições com ações e projetos voltados aos jovens, por grupo de REDES, Santo André – 2007

Grupos	Instituições		Escolas estaduais		Escolas particulares	
	N	%	N	%	N	%
Central	66	33,0	7	6,9	28	44,4
Quase-central	48	24,0	26	25,7	12	19,0
Quase-periférico	60	30,0	43	42,5	20	31,7
Periférico	26	13,0	25	24,8	3	4,8
Total	200	100,0	101	100,0	63	100,0

Figura II – Mapa das instituições com ações e projetos voltados aos jovens, Santo André – 2007

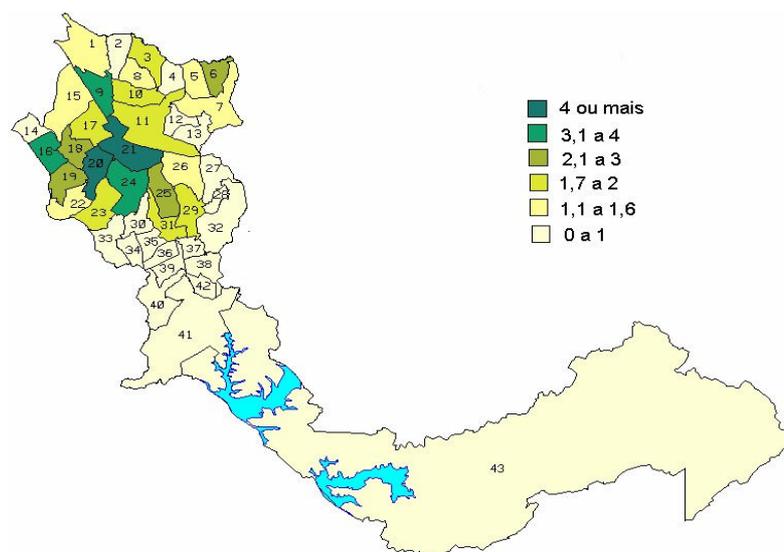


A concentração das instituições na região central do município foi confirmada através da relação entre o número de instituições por grupo ou REDE por 1000 habitantes jovens (Tabela 2 e Figura III).

Tabela 2 – Distribuição das instituições por 1000 habitantes e por grupo de REDES, Santo André – 2007

Grupos	Instituições por 1000 habitantes jovens
Central	7,5
Quase-central	1,9
Quase-periférico	1,1
Periférico	0,8
Média do município	1,6

Figura III – Mapa das instituições de Santo André por 1000 habitantes jovens, Santo André – 2007



Já numa primeira identificação observou-se que há menos instituições com projetos voltados para os jovens nas REDES que apresentam dificuldades mais graves de acesso a bens e cidadania do território. No que diz respeito à educação formal, observou-se que mais da metade das instituições e escolas particulares estavam localizadas nos grupos Central e Quase-central. Já as escolas estaduais estavam concentradas no grupo Periférico.

3.4. COLETA DE DADOS

3.4.1. Sujeitos da Pesquisa

Num primeiro momento utilizou-se a lista de inscrição obrigatória do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para as instituições parceiras, compondo a rede de auxílio ao jovem do município. Por fim contactou-se também o Conselho Municipal de Juventude (CMJ) para comparar as instituições identificadas.

Essa etapa resultou em 42 instituições. A partir de tentativa de contato telefônico com todas elas detectou-se uma série de informações desatualizadas nos cadastros oficiais dos Conselhos, o que demandou novos contatos, dessa vez com conselheiros, para comparação dos dados e novas buscas às instituições. Ao serem identificadas foram contactadas para marcação de visitas e apresentação do projeto de pesquisa e demais procedimentos éticos previstos, anteriormente à coleta de dados.

Foram descartadas as instituições que não existiam mais, que não trabalhavam com jovens de 15 a 24 anos, as que se recusaram a participar – algumas por estarem passando por processo de auditoria – e aquelas que não nos pareciam atinentes ao objeto do nosso trabalho, como atendimento hebiátrico ambulatorial.

Para a identificação e busca das instituições, utilizou-se a técnica *snowball*, na qual o entrevistador convida o entrevistado a sugerir outras entrevistas com instituições que trabalhem com jovens que conheça, e assim por diante. Para Becker (1999) essa estratégia é conveniente na resolução do problema de acesso à amostra, pois poderá ser deflagrado deste modo uma espécie de amostragem que cresce conforme se avançam as entrevistas, como em uma metáfora de bola de neve.

Desse processo resultaram 9 instituições, que se somaram a outras duas – uma vinda por indicação de instituição e outra a partir de notícia na web, após ter recebido um prêmio da ONU no final de 2009.

Dessa forma, o campo empírico compôs-se de 11 instituições (Quadro 1). As entrevistas ocorreram entre julho de 2009 e fevereiro de 2010.

Quadro 1 – Instituições com projetos voltados à população juvenil, Santo André – 2010

Instituições	Características das instituições
E11	<ul style="list-style-type: none"> - insere-se no grupo Central; - criado em 1997; - não está inscrito no CMDCA e CMAS; - está filiado a FEASA; - realiza 200 atendimentos em média por mês; - jovens até 18 anos em risco; - o financiamento é feito exclusivamente pela Prefeitura; - a execução do programa é de responsabilidade de uma ONG; - o programa ficou sob a coordenação da Secretaria de Cidadania e Inclusão Social até setembro de 2007.
E1	<ul style="list-style-type: none"> - insere-se no grupo Quase-periférico; - criada em 1997; - a coordenação do projeto é feita por uma ONG, inscrita no CMDCA e CMAS, no programa Banco de Alimentos e filiada a FEASA; - possui 11 jovens; - jovens carentes entre 14 e 17 anos; - oferece bolsa de R\$ 200,00; - a Prefeitura cede dois trabalhadores; - nunca estabeleceu articulação com a Coordenadoria de Juventude, trabalha apenas com o Departamento de Inclusão Social da Prefeitura.
E2	<ul style="list-style-type: none"> - insere-se no grupo Quase-periférico; - criada em 1972; - inscrita no CMDCA e CMAS; - está filiado a FEASA e FEBRAEDA; - possui convênio com o programa Banco de Alimentos; - possui 180 vagas para aprendizes; - jovens entre 15 e 24 anos com renda familiar inferior a 3 salários mínimos; - instituição administrada por entidade humanitária de sede local; - seu objeto mudou de patrulheirismo para aprendiz.
E8	<ul style="list-style-type: none"> - insere-se no grupo Quase-periférico; - criada em 1975; - está inscrita no CMDCA e CMAS; - está filiado a FEASA;

	<ul style="list-style-type: none"> - possui convênio com o programa Banco de Alimentos; - conta com 420 vagas para aprendizes; - jovens meninas entre 15 e 24 anos com renda familiar até 4 salários mínimos; - complementam a renda com aluguel do salão; - não há nenhuma articulação com a Secretaria Municipal da Juventude, tampouco vínculos com projetos do governo municipal, estadual ou federal.
E6	<ul style="list-style-type: none"> - insere-se no grupo Quase-periférico; - criado em 1976; - está inscrito no CMDCA e CMAS; - não está filiado a FEASA; - possui 377 aprendizes; - jovens entre 15 e 24 anos em situação de risco; - entidade Beneficente de Assistência Social, mantida e administrada por entidade humanitária internacional com sede local.
E3	<ul style="list-style-type: none"> - insere-se no grupo Quase-periférico; - criada em 2006; - inscrita no CMDCA e CMAS; - está filiado a FEASA; - possui convênio com o programa Banco de Alimentos; - atende 425 jovens; - jovens entre 15 e 18 anos que recebem Bolsa Família; - auxílio no valor de R\$ 110,00; - associação criada pela sociedade civil, para enfrentar o alto índice de exclusão social e violência infantil da região valendo-se de ajuda financeira e doação dos moradores da região; - recebem verbas do Fumcad e do governo federal, via Pró-Jovem, além de doações dos associados e do comércio local.
E9	<ul style="list-style-type: none"> - insere-se no grupo Periférico; - criado em 2009; - não estão inscritos no CMDCA e CMAS; - não está filiado a FEASA; - acolhe 15 jovens; - jovens entre 15 e 24 anos; - bolsa de R\$ 150,00; - associação criada pela sociedade civil para desenvolver projeto iniciado a partir de financiamento internacional.
E10	<ul style="list-style-type: none"> - insere-se no grupo Central; - criado em 2002;

	<ul style="list-style-type: none"> - inscrito no CMDCA e CMAS; - não está filiado a FEASA; - não soube dizer quantos jovens atendia; - jovens a partir de 17 anos em risco de desemprego; - encerrou seus trabalhos em 2009 quando desenvolvia projetos em convênio com a Prefeitura de Santo André, e a partir das diretrizes do programa Pró-Jovem, do Governo Federal.
E4	<ul style="list-style-type: none"> - insere-se no grupo Quase-periférico; - criada em 1960; - inscrita no CMDCA e CMAS; - está filiado a FEASA; - possui convênio com o programa Banco de Alimentos; - recebem 125 crianças e adolescentes; - jovens entre 15 e 24 anos em famílias em risco; - associação religiosa, mantida pela Prefeitura e pelo aluguel de espaços internos, além de doações esporádicas.
E5	<ul style="list-style-type: none"> - insere-se no grupo Quase-periférico; - criado em 2007; - inscrito no CMDCA e CMAS; - está filiado a FEASA; - possui convênio com o programa Banco de Alimentos; - possui 150 vagas; - jovens carentes entre 15 e 18 anos; - associação religiosa, registrada como entidade beneficente de assistência social, que capta recursos via convênios; - conveniada com a Prefeitura, que se designa co-responsável; - tem convênios com a Secretaria de Educação e Secretaria de Inclusão Social, apenas para atendimento de crianças.
E7	<ul style="list-style-type: none"> - insere-se no grupo Central; - criado em 1993; - inscrito no CMDCA e CMAS; - está filiado a FEASA; - possui convênio com o programa Banco de Alimentos; - possui entre 300 e 400 alunos; - jovens a partir de 14 anos (por ordem de chegada); - entidade religiosa, que arrecada verbas via convênios; - não há nenhum convênio com a Prefeitura e grande parte dos projetos é mantida por trabalho de voluntários (dos 98 trabalhadores, 82 são voluntários).

3.4.2. Procedimentos para a coleta de dados

Na segunda etapa da coleta de dados foram realizadas entrevistas, no interior das instituições, com o coordenador ou alguém indicado por ele.

Essa entrevista foi guiada por um roteiro (Anexo 1), contendo questões abertas e fechadas, questões de identificação da instituição e tópicos que permitiram abordar o objeto-alvo (finalidade e objetivos do trabalho, a quem se destina); a finalidade e objetivos da instituição, objetivos, metas e finalidades dos projetos desenvolvidos por ela (como a instituição faz o enfrentamento dos potenciais de desgaste a que os frequentadores estão submetidos e procura os de fortalecimento para esses jovens; quais são os processos de trabalho e como se articulam entre si e com outras instituições; entre outros). Para atualização de notícias constantes a respeito de jovens andreenses, utilizou-se a ferramenta do Google Alerts para criar um alerta de email com os termos de pesquisa [adolescente “Santo André”] e [jovem “Santo André”], de tipo “notícias”, com a frequência de uma vez por dia com até 10 resultados por email, com início em dezembro de 2009. As notícias são apresentadas por ordem de relevância/ impacto em noticiários e web. A partir daí todos os títulos das notícias foram lidos e foram separados para leitura aqueles que se apresentavam mais próximos do objeto do trabalho.

Recebemos mais de 100 resumos de notícias com os alertas selecionados, sendo que o alerta com [jovem] trouxe muitas vezes 10 notícias/ dia e o alerta com [adolescente] mostrava entre 1 e 3 notícias/ dia. As notícias vinculadas ao termo jovem frequentemente eram mais positivas, como o campeonato paulista de futebol e os jovens jogadores do time de Santo André que surpreendeu ao chegar a final da competição (Estadão, 2010), o jovem de Santo André campeão do concurso Soletrando do Caldeirão do Huck (Diário do Grande ABC, 2010b), a vacinação contra a gripe suína com meta de imunizar jovens de 20 a 29 anos (Diário do Grande ABC, 2010d) enquanto aquelas selecionadas pelo termo adolescente traziam mais informações sobre furtos locais (Diário do Grande ABC, 2010a), as novidades do processo desencadeado após a morte da jovem Eloá (G1, 2009), o toque de recolher em discussão na cidade de Santo André (Folhablu, 2010), a definição do terreno para a construção da Fundação Casa em Santo André (Pelluchi, 2009), mudanças na gestão de instituições que atendem jovens

andreenses por conta do novo governo municipal (Bosio, 2009), o Projeto ABC Integrado (Fundação Projeto Travessia, 2009), entre outras notícias menos frequentes.

3.5. ANÁLISE DOS DADOS

A análise do material das entrevistas foi realizada tomando as instituições pelas suas propostas de ação e pela concepção de juventude que embasa suas práticas, utilizando-se para essa análise o que foi tomado como categoria analítica – a classificação das concepções de juventude proposta por Abramo (2005).

3.6. ASPECTOS ÉTICOS

A realização da pesquisa foi autorizada pela Secretaria Municipal da Saúde de Santo André, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal da Saúde de Santo André (Anexo 3) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (Anexo 2).

*“Rato de rua/ Irrequieta criatura/ Tribo em frenética proliferação/ Lúbrico, libidinoso
transeunte/ Boca de estômago/ Atrás do seu quinhão
Vão aos magotes/ A dar com um pau/ Levando o terror/ Do parking ao living/ Do
shopping center ao léu/ Do cano de esgoto/ Pro topo do arranha-céu
Rato de rua/ Aborígene do lodo/ Fuça gelada/ Couraça de sabão/ Quase risonho/
Profanador de tumba/ Sobrevivente/ À chacina e à lei do cão
Saqueador da metrópole/ Tenaz roedor/ De toda esperança/ Estuprador da ilusão/ Ó
meu semelhante/ Filho de Deus, meu irmão
Rato/ Rato que rói a roupa/ Que rói a rapa do rei do morro/ Que rói a roda do carro/
Que rói o carro, que rói o ferro/ Que rói o barro, rói o morro/ Rato que rói o rato/ Ra-
rato, ra-rato/ Roto que ri do roto/ Que rói o farrapo/ Do esfarrapado/ Que mete a
ripa, arranca rabo/ Rato ruim/ Rato que rói a rosa/ Rói o riso da moça/ E ruma rua
arriba/ Em sua rota de rato”*

(Ode aos ratos, de Edu Lobo e Chico Buarque)

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Já numa primeira identificação observou-se que há menos espaços para os jovens, incluindo-se escolas, nas REDES caracterizadas pela presença de populações com dificuldades mais graves de acesso a bens e cidadania do território. No que diz respeito à educação formal, observou-se que mais da metade das escolas particulares estavam localizadas nos grupos Central e Quase-Central e que as escolas estaduais estavam concentradas no grupo Periférico.

Entre as onze instituições entrevistadas, apenas uma fica no grupo Periférico, outras sete estão no grupo Quase-periférico, três no Central e nenhuma no Quase-central. Essas concentrações não representam uma divisão por demanda, senão seguem facilidades de acesso físico e existência de recursos públicos, assim como articulações de atores locais e intenções de expansão de igrejas e de outras organizações.

O número aproximado de jovens atendidos pelas instituições estudadas é de 3.000 jovens/ ano. Nem todas tem ações exclusivas para jovens, cinco trabalham com limite máximo de idade até 24 anos e outras quatro apresentaram como limite os 18 anos, limites etários definidos pela Lei do Aprendiz e pelo ECA, respectivamente, ocasionando uma exclusão daqueles que atingem a idade prescrita. As duas que completam a totalidade da pesquisa não relataram qualquer corte etário para a permanência nos projetos e serviços.

A análise das instituições seguiu orientação da classificação apresentada por Abramo (2005) para diferentes abordagens com jovens. Embora as instituições visitadas tenham sido várias, 11 ao todo, de modo geral não observamos uma pluralidade de ações com diferenças significativas, senão um conjunto de propostas pautadas na compreensão do “jovem como problema”.

Algumas experiências pontuam elementos desconexos referentes a outras abordagens, mas apenas uma entre as onze propostas poderia ser classificada em abordagem distinta das demais instituições, a saber, o “jovem como ator estratégico do desenvolvimento”.

Essa única proposta percebe o jovem como ator social detentor de atributos positivos e negativos. Oferece a ele oportunidades para se tornar um protagonista da

realidade local, mesmo que identifique que os olhares centrados nos riscos e incompletudes do jovem persigam-no ainda dentro de casa, como mostra os trechos da entrevista a seguir:

“Então, o que a gente quer é que os jovens tenham a oportunidade de ser protagonistas, de mudar alguma coisa aonde eles moram, eles verem que tem a capacidade de se organizarem com outros e mudar para melhor o bairro aonde eles moram, esse é o principal. Os jovens vêem essa possibilidade e fazem e a sociedade vê o jovem não só como um problema, mas que os jovens podem ser uma força na sua comunidade, então é isso” (E9).

“Estes jovens que fazem parte do projeto são assim, por quê? Famílias um pouco mais estruturadas e também não saem de casa. Saem para Igreja e para o projeto. Na visão destes pais é deixar trancado em casa (...) muitos deles além da pressão para ingresso no mercado de trabalho têm também o trabalho na casa, principalmente as mulheres” (E9).

O programa apresenta um caráter focalizado em bairro pobre onde não há serviços públicos, e vinculado a uma promessa de transferência de renda e à cobrança da participação em atividades socioeducativas e envolvimento em ações voltadas para a comunidade. A conotação problemática coexiste com o incentivo a participação e a crítica as instituições que primam pela tutela e repressão, como aparecem nos próximos trechos.

“Essa é uma meta de mudança de opinião [sobre o jovem], de perspectiva e também temos meta de mudar alguma coisa física do conjunto, então no projeto o que a gente colocou é que os jovens iam criar os projetos que eles mesmos vão ter, mas focar nas coisas sobre as coisas que são as principais reclamações dos moradores (...) Ser jovem no Brasil é muito difícil. Muito difícil mesmo! Acho que muito

poucas oportunidades principalmente fora dos centros urbanos, violência, drogas, necessidades. A gente conhece jovens, quando a gente olha as estatísticas, violência, criminalidade, a gente vivencia no local, ver jovem morrer próximo (...) Não estão trazendo nada para o jovem, área verde, propostas, estão trazendo a FEBEM. É uma incoerência e as notícias foram todas juntas, coisas de semana e é a ... que tem de vir trazer algo para o jovem. Isto passa uma mensagem da Prefeitura” (E9).

Todos os outros dez projetos identificam-se com o objetivo de ocupar o tempo livre dos jovens, na perspectiva de tirá-los do ócio, da rua ou de espaços não tutelados que para os grupos sociais, aos quais esses projetos são voltados, representariam um risco para o desenvolvimento de comportamentos delinquentes ou desviantes. Os projetos, e suas ações, são voltados aos jovens com baixíssima renda.

Buscam controlar parcialmente os riscos que identificam como próprios da juventude, sem considerar que alguns desses só são tomados como riscos para jovens de uma dada classe social, como é o caso do desemprego. Toma-se também como risco característico dessa faixa etária os ligados ao sexo sem proteção e frequentemente o risco de envolvimento com as drogas, especialmente as ilícitas – que vai desde o consumo até o tráfico.

“Porque eles vivem dentro das Lan [House], como eles falam, né? Acessando tudo que não presta, crianças e jovens, então aqui vai ser controlado, tudo aqui é controlado viu, que é pra poder mostrar pra eles o que é que tem de bom nisso, onde que eu vou? Porque o que não é bom está tudo escancarado (...) É para eles saberem que existe disciplina. E por que a foto? Porque eu sou alguém, eles usam muito apelido, né? Não, não, aqui dentro o Paulo é Paulo e a Marisa é a Marisa (...) Não importa se eles vão participar de uma seleção, não importa, importa que eles tenham disciplina, pontualidade, vontade, alimentação saudável, sono bom, horas de sono, porque eles não têm. Jovens que ficam aí até duas horas da manhã na rua, sabe? Envolvido

com tudo (...) eles vêm de manhã aqui e encontram recursos internos pra lidar com o dia-a-dia, a violência em que eles estão envolvidos, o tráfico de drogas, muitos que já estão assim envolvidas, com drogas, com armas de toda a sorte” (E7).

“o jovem de periferia aqui, ele não encontra muito prazer em estudar, infelizmente, o que ele encontra na periferia é droga, essas coisas, quer dizer isso fala mais alto (...) Bom, meta seria tirar todas as crianças que estão na rua e trabalhando na rua, né? Mas isso é bem utópico. Pelo menos o objetivo é conseguir encaminhar toda a demanda que tiver para a gente. Às vezes a gente não tem a resposta necessária, mas tem que encaminhar toda a demanda que chega. Não importa se a criança, o adolescente vem por conta própria, ou alguém liga, ou a gente encontra na rua. Mas é esse nosso objetivo, dar encaminhamento, aí é um trabalho de muitos anos” (E11).

“meu objetivo como educador é eu te encaminhar para o mercado de trabalho bem melhor do que você ficar como aviãozinho, como usuário de drogas (...) No ... o foco é manter a criança e o adolescente ocupado em alguma atividade (...) Pode ser que ele não tenha aprendido aquela atividade, mas ele aprendeu ali dentro que o mais importante é ele ser um cara de caráter, sair dali de cabeça erguida, ele falar assim 'aquele cara tava me ensinando que valia a pena ser uma cara de bem' (...) a sociedade em si oferece riscos né, ou você é um cara com uma boa cabeça ou você se envolve né, o objetivo desse programa é que ele [o jovem] enxergue que não é bom (...) Então essa é uma das nossas metas. Não foi pro mundo da droga, não foi pro mundo do crime, conseguiu algo por causa do projeto” (E3).

“tem muitos deles que estão envolvidos com drogas, e a gente trabalha um pouco com isso né, morando em situações,

desempregado, morando em favelas, situação precária, ele tá ali a mercê das pessoas que vivem na rua (...) muitos desses jovens ali não têm uma qualificação e nem escolaridade, a gente encontra muitas pessoas sem escolaridade muitas das vezes só até quarta série, então o programa é baseado nisso aí” (E10).

Todos os entrevistados mencionaram algum fator de risco como pré-requisito para o ingresso do jovem nos projetos desenvolvidos nas instituições. Para selecionar os jovens fazem uso de entrevistas com eles e com seus pais. Algumas instituições, embora seja minoria, realizam provas classificadoras e visitas domiciliares, além de exigirem documentos que atestem a carência econômico-financeira da família – com exigência de renda máxima que varia de 2 a 4 salários mínimos, ou ao recebimento de auxílios como o Bolsa Família. Os fragmentos abaixo descrevem as principais formas de ingresso do jovem.

“A gente considera, na questão da triagem social, a gente leva em conta a estrutura familiar, então a gente se depara com situações de jovens que moram com avós, pais abandonaram assim situações bem difíceis, e a gente considera moradia também. Tanto que na nossa ficha de preenchimento, a questão da moradia própria, cômodo, a questão do saneamento básico, de eletrodomésticos que existem em casa, então a gente tenta fazer toda uma relação social, em cima de tudo isso, considerando diversas coisas (...) a prioridade é dos menos estruturado. Então aqueles que geralmente são criados por tios, por avós, ou que a mãe sustenta a casa sozinha ou não tem contato com o pai, nunca viu o pai, ou o pai abandonou e não ajuda financeiramente e nem relação de afeto nenhuma. Então assim, são estes mesmos que a gente prioriza no atendimento (...) Então a gente não pode simplesmente deixar de atender aqueles que precisam” (E2).

“eles fazem uma espécie de um vestibulinho, pra iniciar o curso e esse vestibulinho ele não tem um caráter classificatório, é mais no sentido

de registrar o conhecimento que eles têm no momento de entrada no curso e após o curso (...) Faz essa pontuação depois e aí além da pontuação a gente vai pelo grau de necessidade da família (...) Então assim, a gente tenta privilegiar diferentemente de um vestibular comum, quase que a gente faz um papel inverso, aquele que mais tá precisando de um reforço, concomitante a isso a questão sócio-econômica. Então, aquele que tá com uma defasagem muito grande e a família precisa que aquele jovem vá para o mercado de trabalho e tenha um pouco mais de facilidade pra ingressar e conseqüentemente colaborar no orçamento” (E4).

“Então um dos critérios, ele precisa estar estudando, o outro, ele precisa ser comprovadamente carente, isso passa por uma avaliação do lugar onde ele mora, das condições em que ele vive e da renda familiar também, mas isso é muito da observação do profissional que vai fazer a seleção (...) Então, a seleção dele passa por uma visita, né, uma entrevista com a família, os pais, mães” (E1).

“Não é só para o morador da favela, é para todos, todos tem o mesmo direito, todos tem o mesmo objetivo, não existe análise de renda per capita. O que pega é, você está na escola? Não! Então nós vamos à escola, daí por diante não importa que escola você tá, seja particular, seja federal, não interessa, o que interessa é você estar na escola, que você esteja estudando (...) ele estar matriculado na escola é o primeiro passo” (E3).

“Tem que ser família que não tenha um per capita maior do que... tem que ser um centavo a menos do que dois salários mínimos a família ganhar. Morador de periferia ou em situação de vulnerabilidade, física, social e pessoal” (E5).

Constata-se uma tendência a tomar os jovens, contemplados com a entrada nos

projetos, como um conjunto homogêneo de indivíduos, que diferem dos demais grupos da sociedade apenas pela sua faixa etária, que por si já é problemática. Nesse sentido, características como gênero, etnia, orientação sexual, são normalmente desprezados. As instituições desenvolvem projetos focalizados aos que chamam de "jovem carente", ou seja, a uma população que se torna homogênea pelas semelhantes condições de reprodução social, como mostram os fragmentos de duas entrevistas abaixo.

“É notório a dificuldade que eles [os jovens] têm no ingresso (...) O comportamento que ele apresenta, é um comportamento totalmente alienado, um comportamento comprometedor, a nível de postura, de fala, da roda de amigos que ele tem, que frequenta” (E4).

“como o adolescente, como ele tá no meio, ele não é nem criança, nem adulto, as políticas públicas para a adolescência são muito ainda deixadas para depois. Então, eu acredito que as coisas tendem a melhorar sim, bom eu preciso acreditar nisso, se não vou embora daqui (...) Eu não acredito nessa de 'a juventude tá muito pior', não, a juventude é juventude em qualquer época (...) eles entram no projeto num momento mais difícil da vida deles, adolescente é um momento de ruptura, muito difícil, então eles perdem limite, todo adolescente perde limite” (E1).

Os projetos não têm avaliação de resultados sistematizada, mas há indícios de que seja reduzida a capacidade de realizar de fato o ingresso e permanência do jovem no trabalho, apenas conseguem inseri-los em atividades que estabelecem sondagens na esfera da profissionalização, atividades pontuais e a maioria com data marcada para terminar o contrato de trabalho. Também foi declarada pelos entrevistados a falta de parâmetros para monitorar esse processo de inserção do jovem no trabalho, bem como a inexistência de espaços apropriados para impulsionar iniciativas produtivas independentes. Foram mencionadas intenções de se realizar avaliações institucionais. Atualmente essa avaliação busca apenas acompanhar o rendimento escolar e impedir que o jovem abandone a escola ou o projeto, como mostram os fragmentos a seguir:

“então acho que é um coisa que nós precisamos fazer, buscar se elas estão no mercado de trabalho ou não (...) saber como essas pessoas que passaram pelo curso estão no mercado de trabalho, o que elas estão fazendo, porque essas pessoas estão em área de risco, em áreas de situação precária, se elas estão trabalhando ou não, esse é um trabalho que nós ainda precisamos fazer” (E10).

“No que diz respeito ao social, nosso objetivo é manter o adolescente fora da rua, esse é o nosso principal objetivo. O segundo, que é bem importante, é manter o adolescente na escola (...) aqui a gente faz com que ele esteja na escola, tirando notas boas e tudo o mais, então esse é o nosso maior objetivo (...) então se o adolescente não está estudando, ele tem que providenciar sua matrícula (...) A maioria deles, assim, já tinha parado de estudar, outra parte estava em vias de parar porque na periferia há uma pressão muito forte entre trabalho e tal enfim, 'eu só estudo até que eu consiga um emprego porque a partir do momento que eu começo a trabalhar, eu não preciso estudar mais'. Ai, é claro, isso acontece muito aqui. O adolescente não consegue ministrar duas coisas ao mesmo tempo porque isso não é a menor prioridade da vida dele, a prioridade da vida dele é sobrevivência, então, obviamente, ele vai dar prioridade pro trabalho” (E1).

“O que é uma das normas aqui, é que ele precisa estar estudando, tanto aqui, como em casa. Se ele não estiver estudando, ele não pode estar trabalhando. Então, aqui o que acontece, desde o primeiro dia de aula, já é colocado pra ele, 'você tem que estudar, cada bimestre você tem que trazer as suas notas e as suas faltas, pra gente ver como você tá indo e tudo', pra ele saber, né, o quanto é importante (...) Acho que, o que a gente orienta muito e eles percebem também nesse período que eles estão na empresa, é que sem eles estudarem, que é o

que a gente vê que muitas vezes eles não dão muita importância desde o começo do curso, 'ah não, não é o mais importante', quando eles estão lá, eles percebem que eles precisam, então 'preciso me esforçar, pra ter um retorno'. Isso, educação, a forma deles se portarem, é muito diferente dos outros que não tem. Não to nem dizendo que não tem condições, mas que não tem uma orientação mesmo, de qualquer classe, a gente vê a diferença (...) Então, eles trazem as notas, as faltas, se estiver acontecendo algum tipo de problema, os professores chamam, ta com muita falta, nota baixa, eles chamam pra conversar. Então a gente orienta, e, claro, se não estiver estudando, não vai poder continuar” (E6).

“Então ele tem que estar estudando, ele não pode repetir de ano por falta, inclusive se esse jovem alegar: 'Ah eu estou trabalhando muito, não tenho tempo de ir para escola' o que na verdade é uma desculpa, porque a gente trabalha em cima de uma carga horária que coloca esta situação pra ele. Não pode deixar de estudar para trabalhar, e se ele falta, repete de ano por falta é reincidido o contrato deste aprendiz” (E2).

“A gente faz reuniões com os professores para verificar onde está havendo falhas, todo começo e final de ano também, a gente levanta os resultados disso as metas como é que estão, a gente orienta as meninas a estudarem mais” (E9).

Observam-se vínculos diversos dos jovens às instituições de assistência que podem ir da mais completa adesão ao distanciamento, compõem parte de uma estratégia de sobrevivência em condições sociais adversas.

As instituições consideram a família, a priori, o espaço não-institucional mais significativo para a formação das identidades juvenis, nesse caso, o jovem negligenciado deve ter oportunidades de ressocialização no seio familiar e só assim poderá se realizar plenamente.

É importante destacar que não se percebeu uma abordagem familiar estruturada. O sujeito família surge com vigor apenas como origem de problemas relacionados a pobreza e no processo de seleção para aferir o quão carente e desestruturado é o jovem. As instituições consideram a manutenção do jovem no seio institucional um benefício indireto à família, capaz de reduzir os conflitos domiciliares e aumentar a renda.

“nós temos meninas que vêm com famílias totalmente desestruturadas, famílias que o vício pela bebida ou pela droga impera (...) Nós tivemos um caso de uma menina que veio se queixar de que a mãe não assume o papel que lhe cabe e a menina que tava tendo que assumir esse papel, outra menina que ta numa situação complicada que a mãe separou do pai e a mãe ta num canto e o pai só bebe, ela se vira sozinha, ela é a família né, então é complicado, então saber esse tipo de informação, sabemos que ela teve um pouco de paz, aconchego pras necessidades dela, pras necessidades emocionais já faz um diferencial” (E8).

“Até por conta dessa questão toda, desses problemas todos que eles carregavam da família, alguns não tinham família, alguns moravam na rua, outros moravam em casa-abrigo. Então, esses adolescentes às vezes sumiam um mês, recebiam dinheiro do vale-transporte e não voltavam mais, então eram adolescentes muito instáveis (...) Então, eles são carentes de tudo, são carentes até de serem repreendidos, de saber que tem alguém que ta conversando com eles, de sentar e falar isso ta errado, isso ta certo, alguém que diga pra eles os limites” (E1).

“então o ... tem um objetivo: atender famílias vulnerabilizadas e promove-las. Seu objetivo é crescimento dessas famílias, o que nem sempre dá porque continuam sendo a massa excluída, né, mas pelo menos com consciência de que são excluídos (...) Então muitas vezes o que a gente vê é repetir aquilo que aconteceu com a família, né. Se torna essa questão cultural mais forte do que o vínculo que a gente

pode estabelecer como instituição” (E5).

A contribuição das instituições também é ideológica, como agência de socialização. As ações, como se pode depreender dos excertos abaixo, são descritas como privilégio de uma boa formação, mas acabam por centrar esforços na transmissão de valores e comportamento à moda do mercado.

“Ele precisa de comportamento organizacional, ele vai trabalhar em uma empresa, ele tem que entender que tem uma hierarquia, uma burocracia, um organograma, um determinado comportamento que vai ser exigido dele dentro da empresa, então a maneira como ele vai se expressar, nessas relações do trabalho é importante que ele tenha consciência, então, tem essa disciplina (...) elas são todas voltadas para que ele saiba se posicionar de acordo com aquilo que o mercado de alguma forma vai exigir dele (...) A gente não tem a idéia de moldar, mas ele também tem que entender que se não for assim ele está fora. O mercado vai exigir algumas coisas dele. Então, ele tem que tomar consciência, ter consciência de si, consciência de classe, isso é extremamente importante, mas também saber que vai estar dentro de um sistema que vai exigir dele algum comportamento” (E5).

“a partir de 2002, nós começamos a trabalhar com aprendizagem, então fazemos um curso preparatório de 5 meses, onde eles vêem tudo sobre empresa, postura, cidadania, higiene, é um curso bem para prepara-los mesmo (...) A questão de conhecer um pouquinho mais o que o mercado quer, o que precisa, educação, maneiras de se portar, eu acho que é o mais importante, saber que ele tem direitos, que ele tem deveres a cumprir na empresa e em todo lugar que ele vai (...) pra orienta-los de como eles vão chegar no primeiro emprego, como que vai fundar uma empresa, então a gente faz uma preparação assim com eles” (E6).

“Então o que a gente preza muito é pela disciplina, pelo rigor, respeito, pela educação, até porque este jovem vai ser inserido no mercado de trabalho (...) A gente resgata valores que se perderam como a resiliência e o amor (...) a gente pega um aluno, eu posso dizer, cru, né, aquela pedrinha que a gente tenta lapida né, então todo este trabalho realmente é feito. Por isso que eu falo 'é um diferencial'. É quando a gente fala assim, a gente cobra, um exemplo: o uso do boné, o uso do brinco (...) A gente coloca, né, puxa vida na minha época tinha Educação Moral e Cívica e assim não tem hoje no currículo das escolas. Mas a gente até pára pra pensar, puxa vida, mas acho que poderia voltar, né, isso daí, que pena, porque eu acho talvez seja isto que ta faltando né hoje. O respeito com o próximo, então a gente coloca muito isso mesmo. A questão da hierarquia a gente tem trabalhado muito. Até porque ele vai para o mercado de trabalho. Pronome de tratamento. Então o senhor, o senhora. São coisinhas pequenas que fazem a diferença” (E2).

“A gente acredita que pode ter colaborado nesse sentido da formação humana, as questões sociais, de cidadania (...) Então nós temos uma educadora que trabalha principalmente as disciplinas de português e matemática, mas envolve todo um trabalho com a questão de ética, cidadania (...) então gradativamente essas questões vão sendo trabalhadas, o que é certo, o que é errado, o momento que ele precisa despertar pro crescimento pessoal, social, e volto a dizer, não acompanho diretamente, mas assim, é motivo de orgulho pra instituição como eles almoçam aqui com a gente no restaurante, você vê isso na hora do almoço: o comportamento é totalmente outro, eles sentam, juntam duas, três mesas, o diálogo é outro, você percebe, a vestimenta muda, claro que a instituição não proíbe tipo de vestimenta, cabelo e tal, mas você vê que ele vai absorvendo os conhecimentos que aquilo é necessário” (E4).

Não identificamos ações, através das entrevistas em Santo André, que legitimem uma moratória social ou um tempo descompromissado, que pretendesse oferecer um período de preparação para a idade adulta centrada na possibilidade de viver a dedicação à formação, a não ser uma formação operacional básica e precária, assim como a ocupação de um tempo deslegitimado. Nesse sentido, nenhum programa aqui descrito foi alocado em tal perspectiva, mesmo que identifiquemos facilmente suas atividades pedagógicas.

A “forma escolar” é a mais frequente para as atividades cotidianas nas instituições, palestras e aulas, principalmente. Criam-se dois sistemas educativos paralelos, o da escola e o dos projetos sociais, que não interagem e não dialogam entre si. A capacitação dos jovens é realizada em programas de profissionalização com duração entre 6 meses a 2 anos direcionada a poucas ocupações, principalmente para o mercado informal ou para vagas que exigem uma baixa qualificação, que se por um lado não promove mobilidade social ascendente, por outro cumpre o desígnio do encaixe funcionalista da passagem para a vida adulta com alguma estabilidade.

As ações analisados nessa pesquisa, assumem apenas como complemento, programas dirigidos a cultura. Nenhuma instituição andreense relatou qualquer produção cultural, a não ser passeios esporádicos em dias festivos. A arte e as práticas corporais são abordadas de forma utilitarista, com a intenção de se aproximar ou de juntar mais jovens, para incluir socialmente ou simplesmente para aliviar a tensão, instrumentalizando a cultura como algo que ajuda a suportar a disciplina e as imposições obrigatórias da vida social, como mostram os trechos a seguir:

“De início, os meninos dão endereço errado, nome errado. Com o tempo, geralmente a gente vai sabendo o que que é, o que que não é. E nessas atividades é um caminho para obter essas informações. E isso é uma coisa que a gente começou a fazer agora. Então, leva dominó, jogos, futebol” (E11).

“esses prêmios, na verdade, são dos meninos, né, dos meninos e das meninas. Porque como a gente tem esses contatos com o SEMASA muito próximo, a gente acaba participando de todos os eventos do

SEMASA e tem os jogos entre os funcionários, e aí tipo, e os funcionários odeiam, porque são supertímidos... tem jogos e tal, jogos de futebol e eles sempre perderam tudo. Mas esse foi diferente, né, eles ganharam, as meninas ganharam na categoria feminina, e eles ganharam com o time de futebol na categoria masculino. E aí esses prêmios são deles, não é do projeto” (E1).

“Mas assim indiferente de tudo isso, nós promovemos, aliás, vamos promover no final de novembro a semana cultura e lazer, então é aquela semana de desestressar, como nós fizemos a semana das profissões, é feito todo um trabalho com palestrantes, eles vão trazer jogos de casa, a bola, né ..., então a gente vai fazer um trabalho incentivando a questão do esporte, a gente esta se programando, fazendo um projeto” (E2).

Entre as instituições, três oferecem bolsas que variam de 110 a 200 reais e outras três, vinculadas a Lei do Aprendiz, dispõem de um salário mínimo/hora; duas têm atividade produtiva, sendo que a produção e o lucro não ficam com os jovens.

Há projetos institucionais que parecem sinalizar com objetivos mais ampliados, os discursos dos mesmos respondentes mostram, no entanto, que há uma compreensão estreita do que seja cidadania, associando-a a negação da violência e reconhecimento de datas cívicas. Os projetos e ações parecem não ser planejados e reorientados a partir de avaliações sistematizadas. A participação do jovem é tolerada, desde que dentro de normas estabelecidas.

Os jovens não participam da construção dos projetos que eles mesmos fazem parte:

“O objetivo geral seria incluir socialmente crianças e adolescentes (...), possibilitando uma formação capaz de enfrentar desafios e ao mesmo tempo resgatar valores, culturas e costumes que o levarão ao exercício pleno de sua cidadania (...) Porque quando tiver adulto, quando já tiver seus 18 anos lá você é responsável pelos seus atos,

quando você tiver 17 anos, 11 meses e 29 dias eu te ensino (...) ele [o educador da instituição] faz uma roda de conversa, ai eles trabalham a cidadania, os direitos, os deveres, o estatuto da criança e do adolescente e vai dando todas essas dicas aos adolescentes (...) Nós dizemos 'se articulem!' e trazem propostas, ai o que eu faço, eu analiso a viabilidade, e então se é viável, quanto tempo será gasto, então uma linguagem que a gente usa aqui, é uma linguagem construtivista, de construir, eu quero que ele construa algo” (E3).

“Eu acho que vão ficando gravados valores morais, vai ficando gravada cidadania, porque nós trabalhamos bastante isso, as datas cívicas: 'ah! é feriado! Do que? De 7 de setembro! Mas o que que é 7 de setembro?... ah, sei lá, é feriado' não, 7 de setembro é isto, isto, isto, então isso vai ficando, os valores éticos, morais, os valores de cidadania, de respeito, o que é que eu to fazendo no planeta, com o lixo, com a minha alimentação, com os desperdícios, que valores eu to atribuindo, então um trabalho árduo, mas que tem tido resultados” (E7).

“a gente acredita que tem regras que os adolescentes precisam cumprir. Numa reunião, ele pode se manifestar, ele pode dizer se ele é contra ou a favor, e aí a gente vai tentar fazer uma coisa boa pros dois, mas eles estão aqui pra cumprir regras. Eles não podem questionar o horário de entrada deles, 'ah, mas porque que eu não posso chegar às 9h, e não às 8h?'. Tem coisas sólidas e que ele não pode mexer nisso. Faz parte do que já foi acordado quando ele entrou, já foi deliberado. Algumas coisas que eu acho que eles mesmos podem decidir, a gente passa pra eles decidirem. Às vezes são coisas que ajudam no 'pra quê', coisas da produção, então eles tão vendo que ta enrolando demais, então a gente vê, 'como é que vocês querem fazer' e a gente se adequa. Mas não existe um procedimento fechado” (E1).

Encontrou-se, entre os entrevistados, uma minoria que considerou o fato de diferentes condições materiais de vida possibilitarem diferentes acessos aos jovens, logo, a possíveis diferentes destinos, mas tais reconhecimentos surgiam vinculados a culpabilização do jovem e da família por falta de esforço, a processos de neutralização desse jovem pobre e a naturalização da desigualdade social. Em todos os casos a falta de auto-estima parece ser para as instituições o principal elemento de fortalecimento do jovem:

“Porque o ambiente que eles vivem é um ambiente muito hostil. De muita violência, muita agressividade, de pais desmotivados, de abandono, então assim eles chegam aqui sem perspectiva nenhuma, não se sentem capazes (...) Eles estão sem perspectivas, eles estão. Eles querem ser, as meninas querem ser modelos, os meninos querem ser jogadores de futebol (...) O ensino de base não prepara eles pra ir muito adiante não. Então, assim, a gente faz todo o possível, aqui a nossa proposta é basicamente de resgatar a auto-estima: você pode, você é capaz, você pode não dar certo nisso mas você pode dar certo nisso, descubra suas habilidades (...) nós temos percebido nos jovens de hoje a falta de motivação e essa motivação as vezes, algumas pessoas acham assim que é fazer uma aula dinâmica. Não, dinâmica e motivação são coisas diferentes. Motivação vem de dentro da criatura, é algo assim que quem está conduzindo tem que colocar pra fora para conquistar o grupo, sabe, não é fazer uma brincadeira, não é dessa forma, é trabalhar assim sentimentos. É olhar o ser humano de frente, olhos nos olhos, e ver de que forma você vai motivar esta criatura” (E7).

“O objetivo específico é aumentar a auto-estima da criança e dos adolescentes e suas famílias (...) Priorizar a integração com atividades desenvolvidas na escola, efetivar e valorizar a auto-estima da criança e dos adolescentes, para que eles possam agir, criar” (E3).

O funcionário ou voluntário da instituição relata sentimentos de frustração com um trabalho no qual deposita bastante esforço, mas com a percepção de apenas enxugar gelo, e nem sempre vê o trabalho como parcelar na vida dos jovens:

“a nossa maior dificuldade é o sistema, a desigualdade que não permite, muitas vezes frustra, né, os próprios usuários. Não há muitas condições às vezes de reverter o processo deles lá” (E5).

“Eu acredito no ser humano, eu acredito que é possível através de simplicidade, de amor e dedicação. Então assim tem momentos que dá um desânimo quando você fica sabendo de alguém que se envolveu com drogas, isso é muito comum, que não venham mais porque agora tá lá fazendo isso ou aquilo porque toda hora a gente tem notícia, então parece assim que você não tá fazendo nada, então puxa, eu fiz tanto, trabalhei tanto com ele e agora né?” (E7).

A maior parte das instituições é de iniciativa privada, está inscrita no CMDCA e/ou CMAS, o que lhes garante a isenção da cota patronal do imposto e a participação do Programa Banco Municipal de Alimentos, programa coordenado pela Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André (CRAISA), que recolhe os alimentos que em vias de vencimento de validade ou de perecer, são triados e se estiverem em condições de consumo são encaminhados para instituições cadastradas do município (CRAISA, 2009).

As instituições são reconhecidas como de utilidade pública, qualificação concedida no país às sociedades civis, às associações e às fundações constituídas com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade, dependem de repasses de verbas – públicas ou de empresas privadas – caracterizando contratações intermitentes de trabalhadores e projetos pontuais e passageiros, que dependem muitas vezes de recursos disponíveis, portanto ações centradas nas possibilidades e habilidades dos voluntários, no casuísmo de sorte-azar, e menos operacionalizadas a partir das necessidades dos jovens.

“Como o Estado não dá conta de fazer ainda, né, que a gente espera que um dia ele seja capaz, né, mas como ele ainda não faz isso então a gente é parceiro (...) as entidades assistenciais ainda vão funcionar como protagonistas durante muito tempo” (E5).

“Com os convênios, a prática no ABC é estabelecer um plano de trabalho. Então, se estabelece um plano de trabalho pelo qual vai ser investido o dinheiro, e a instituição presta contas mensalmente, tanto da parte pedagógica quanto da parte financeira. E eu tenho que justificar o meu trabalho pedagógico com o desempenho financeiro. Esse gasto, essa prestação de contas, é levado para o Tribunal de Contas de Santo André. E uma conta bloqueada impede a continuidade do convênio. Depois existe uma prestação para a comunidade, a publicação dos balanços, dos balancetes. Prestam contas aos conselhos municipais. O ... está atrelado ao Conselho Municipal da Educação, ao Conselho Municipal da Assistência Social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente” (E5).

“[Para a empresa patrocinadora] o benefício é participar de uma ação social, que dá uma gratificação pessoal para eles né e o [projeto] ser reconhecido estadual e municipal como sendo uma entidade que está fazendo um bem pra a população carente né” (E8).

As instituições cobram mais investimento público – recursos financeiros e espaços de decisão – para si e colocam-se como representantes dos direitos da população excluída. No que diz respeito à articulação das instituições e projetos, verificou-se que há dois espaços que favorecem a agregação das instituições – a Federação das Entidades Assistenciais de Santo André (FEASA) e a Federação Brasileira das Associações Sócio-Educacionais de Adolescentes (FEBRAEDA). No entanto, os entrevistados relataram que a finalidade do cadastro nessas federações tem como primazia a assessoria jurídica para conseguirem convênios e doações. Oito das

onze instituições estão cadastradas na FEASA, uma apesar de não estar filiada participa das reuniões da Federação e uma na FEASA e na FEBRAEDA, concomitantemente.

“Então a nossa luta maior é ter assento nos conselhos [municipais], pessoas que tenham o esclarecimento necessário, condição necessária de defender uma política para a população. Nós não somos corporativistas, não vamos defender os direitos da ..., mas os direitos da população excluída, da população em vulnerabilidade, da população que não está em condições ainda de assumir a sua própria cidadania (...) Essa é a nossa luta na ..., que essa paridade seja de fato cidadã, que eu não posso ser cooptada pelo governo, que você sabe, os resquícios da democracia, não fomos educados para ser cidadãos. Então, o que a gente tem do governo muitas vezes é uma tentativa de cooptar a sociedade civil (...) porque na realidade, o que a gente assiste?, na minha opinião as pessoas quando elas assumem o seu governo, seja de esquerda, seja de centro, seja de direita, elas se tornam radicais. Mas radicais a favor do que?, do governo. Elas não percebem que elas estão lá para representar o povo (...) Então, o que ocorre?, você vê que hoje, um governo que olha mais do que nunca para essas necessidades, também faz seus acordos para poder se sustentar, para poder ter o que eles chamam de governabilidade. Então eles não conseguem perceber e não sabem que a gente movimento mais de 5 milhões de pessoas, dá emprego, gera emprego (...) [A instituição] não é muito bem tratado como parceiro, na realidade, nem sempre, né, a própria prática que o governo estabelece conosco é um pouco assistencialista, mas de uma certa forma [a Prefeitura] tem se esforçado, né (...) Um convênio com a [Secretaria de] Educação [e Formação Profissional], para o ... representa em torno de 40% a 60% de custo próprio. Um convênio com a [Secretaria de] Inclusão [Social] representa, não chega a 10%, o per capita é muito baixo (E5).

Verificou-se também que os projetos das instituições não se articulam entre si, embora três delas, administradas pelo Rotary/Lions Club, referiram ter alguma troca de informações – *quando um sabe de alguma coisa avisa os outros*, disse um dos entrevistados. No que diz respeito a ações, nenhuma articulação interinstitucional foi detectada, nem mesmo alguma proposta efetiva de ações intersetoriais, a não ser as reduzidas aos encaminhamentos, que nem mesmo são monitorados quanto à sua efetivação.

As instituições desenvolvem projetos pré-definidos e se adaptam a editais de financiamento, especialmente os do governo federal. Verificou-se que os organismos públicos são responsáveis por parte significativa do financiamento das ações voltadas ao jovem em Santo André, seja através de incentivos diretos, como bolsas, doações, isenção de impostos, oferecimento de vagas de estágio e recursos humanos, seja de benefícios indiretos concedidos a potenciais parceiros. Em Santo André, as ações firmam convênio principalmente com as secretarias ligadas à assistência e inclusão.

Não se observou ações de monitoramento pela Prefeitura de Santo André. Ademais, não foi relatado pelos entrevistados conhecimento a respeito de projeto político da Prefeitura do município, para o segmento juvenil, o que caracteriza o pouco investimento público em desenvolver e principalmente, aprimorar as políticas sociais dirigidas à juventude.

*"O retrato do artista quando moço
Não é promissora, cândida pintura
É a figura do larápio rastaqüera
Numa foto que não era para capa
Uma pose para câmara tão dura
Cujo foco toda lírica solapa*

*Era rala a luz naquele calabouço
Do talento a clarabóia se tampara
E o poeta que ele sempre se soubera
Claramente não mirava algum futuro
Via o tira da sinistra que rosnara
E o fotógrafo frontal batendo a chapa*

*É uma foto que não era para capa
Era a mera contracara, a face obscura
O retrato da paúra quando o cara
Se prepara para dar a cara a tapa"*

(A Foto da Capa, de Chico Buarque).

Em 1961, o Jornal *Última Hora* estampa a foto de um menor, F. B. H., preso por furtar um automóvel. Depois de sofrer agressões da polícia e ser obrigado a reclusão noturna por seis meses, o pivete se tornaria um dos maiores compositores da história do país, Chico Buarque (Homem, 2009).

5. DISCUSSÃO

A década de 1980 no Brasil foi marcada pela criação de organizações como o PT, a CUT e o MST, e pela aprovação da Constituição Federal, síntese de um intenso processo de luta política com hegemonia liberal, que propôs ampliação de direitos sociais com traços do chamado Estado de Bem-Estar Social, na mesma década em que nos países de capitalismo central tinham lugar ajustes estruturais da economia e o Estado desenvolvimentista e interventor foi sendo substituído pelo Estado Mínimo (Dias, 2006).

A Queda do Muro de Berlim, em 1989, marcou simbolicamente para muitos a vitória política do capitalismo. Esse triunfalismo conservador levou o mundo a um liberalismo econômico que provocou uma forte crise, iniciada em 2008, quando diversos economistas foram obrigados a reconhecer atrasos provocados pelo capitalismo neoliberal (Bresser-Pereira, 2010).

Nas diferentes formas de organização do Estado as políticas sociais públicas estão intimamente vinculadas ao encaminhamento do projeto de manutenção da ordem econômica. A mudança de rumo das políticas sociais no Brasil, país de economia dependente, é coerente com um rearranjo – mesmo que tardio, se comparado até com outros países da América do Sul – do núcleo capital / trabalho / Estado, que possibilitou a sua determinação neoliberal (Laurell, 1997).

As relações sociais e econômicas se expressam no tecido social marcado pela pobreza, pela condição desigual de gênero, por maiores ou menores barreiras de acesso e de realização das tradições culturais e pela dispersão, superposição e vazios que oferecem as instituições que sustentam as políticas sociais (Krauskopf, 2005).

Segundo Soares (2009b), o Estado brasileiro, que passou a introduzir políticas compensatórias para os jovens excluídos, confere plena liberdade para o mercado explorar direitos sociais como a saúde, a educação, a cultura, e incentiva os que podem pagar pelos serviços a acessá-los através do mercado.

Algebraile (2005: 93) mostra como essa lógica tem sido expressa nos programas governamentais focais voltados à complementação de renda, que ao não responderem as necessidades demandadas, tratam-nas

“como demandas, dramas pessoais, privados, e não como expressão do modo de organização da vida social e econômica do país e,

portanto, como problema público para o qual se deveria buscar solução”.

Segundo Bianchetti (1997: 90-1) atribui-se à “*sorte [e à] decisão individual o volume dos resultados individuais e coletivos*”. [Ou seja, na atualidade em que] “*o bem-estar é identificado com o consumo, cada indivíduo tem a possibilidade de adquirir os bens que seu próprio esforço lhe permita*”.

Como consequência do rearranjo do Estado, que se tornou mínimo na implementação de políticas sociais, a década de 1990 foi frutífera para a multiplicação e fortalecimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e de parcerias “*implementadas pelo poder público, particularmente no âmbito do poder local*” (Gohn, 2002: 309).

O percentual de organizações do setor privado com projetos para o jovem cresceu de 23%, em 1999, para 39%, em 2003, com foco na inserção desse segmento no mercado de trabalho (Zavala, 2008).

Essas ações tem sido então executadas pelos próprios demandatários, o que, segundo Gohn (2002: 315), tem representado uma mudança radical no paradigma da ação social coletiva. Essa atuação não se estrutura como movimento social, a execução das ações passa a ser articulada em grupos organizados, a partir de projetos, propostas de soluções, estratégias de execução das ações demandadas e o poder público passa a ser o “*agente repassador de recursos*”.

Pinto (2005: 195-6), examina a relação das ONGs com o Estado sob duas perspectivas, como *representantes* da sociedade civil frente ao Estado – aquelas que estão nos conselhos gestores, em assessorias governamentais – e aquelas que *tomam o lugar* do Estado frente à sociedade. Dentre essas últimas, a maioria é de pequeno ou de médio porte e dirigem suas propostas e ações a populações pobres, mas há também organizações ligadas a grandes empresas, muitas vezes constituindo-se em fundações, que estão no que se convencionou chamar de terceiro setor, onde se assenta a ideologia da eficiência da gestão regida pela lógica da empresa privada, muito afinado com o que Boron (1999) descreveu como expressão do sucesso da ideologia neoliberal, que produz

“o deslocamento do equilíbrio entre mercados e estado, (...) fenômeno objetivo (...) reforçado (...) no terreno ideológico que “satanizou” o estado (...). Potentes definições culturais [foram] solidamente

arraigadas na população, [associando] o estatal com o mau e o ineficiente e os mercados com o bom e o eficiente” (Boron, 1999: 10).

No entanto, Pinto (2005) afirma que as ONGs têm limitações fundantes para levar a cabo as missões de substituir o Estado em ações dirigidas a populações pobres: a não obrigação da universalidade, a dependência de recursos, o voluntariado.

Como se observou na descrição das ações pelos entrevistados, a precariedade a que estão submetidos os projetos em Santo André coloca as práticas institucionais longe dos objetivos explicitados, o que parece não constituir preocupação para os coordenadores dos projetos, uma vez que nenhum dos entrevistados apresentou instrumentos de medida de impacto do programa nos jovens que deles participam.

Analisando as características desses projetos focalizados a jovens pobres, Dias, Guimarães (2007) acreditam que servem, sobretudo, para compor mais uma estratégia de sobrevivência em condições sociais adversas, uma vez que não introduzem mudanças significativas. Identificam ainda que o binômio risco e proteção para promover a inclusão social aparecem mediados pelo papel da família, como ponto de partida e de chegada do conjunto de ações que o poder público deve desenvolver para implementar seus programas e projetos.

Nessa direção, resultados de avaliação de impacto do programa social Primeiro Emprego do governo do estado de São Paulo, focalizado em jovens com várias ordens de fragilidades de ordem econômico-social, confirmaram que o estágio em empresas foi avaliado pelos jovens, uma minoria que conseguiu ser selecionada, como experiência válida para aprender a se relacionar, adquirir confiança, capacidade de tomar iniciativas e de se expressar. Respostas com este teor foram muito mais frequentes do que, por exemplo, a aquisição de conhecimentos específicos (Madeira, 2004:9).

Essa mesma perspectiva foi encontrada em outro estudo de avaliação de impacto de programa social em jovens, também relacionada a estágios em empresas, com o intuito – equivocado – de promover aos jovens uma colocação sugestiva de experiência de trabalho, para facilitar a entrada desse jovem no mercado. Os resultados mostraram avaliação positiva, pelos jovens selecionados para os estágios, associada a ganhos pessoais – afastamento da rua, modificações de atitudes e comportamento, melhora nos relacionamentos, entre outros (Belluzzo, Victorino, 2004).

Coerentemente a esses resultados, os projetos desenvolvidos pelas instituições estudadas em Santo André, que em sua maioria pretendem instrumentalizar os jovens

para concorrer a uma vaga em estágios, nos moldes do programa citado acima, são reiterativos da ordem social e suas ações voltam-se, na maioria deles, para adequar comportamentos tomados como inadequados, considerados consequência da falta de aprendizado de valores morais e de bons hábitos tradicionalmente consagrados à transmissão da cultura adulta – a família e a escola.

Esses jovens, com condições tão precárias de reprodução social, encaixam-se nesses projetos configurados pelas políticas públicas – projetos pobres para os pobres, que também os colocam num lugar social subalterno (Dias, Guimarães, 2007). Para esses jovens são reduzidas as possibilidades de escolha, um pré-requisito para a construção da autonomia.

Sem potência para promover a instrumentalização da crítica desses jovens, as oficinas são normalmente definidas a partir da disponibilidade de recursos, sem que as demandas apresentadas pelos jovens sejam contempladas. A falta de recursos e de formação dos profissionais põe o projeto continuamente sob ameaça de ser extinto, o que promove rotineiramente a descontinuidade de ações e projetos (Dias, Guimarães, 2007).

Em apenas um dos projetos foi possível capturar a concepção de “jovem como ator estratégico do desenvolvimento”. Esse olhar está orientado à formação de capital humano e social para enfrentar os problemas de exclusão social aguda, aproveitando o “bônus” demográfico (Aquino, 2009).

Para Abramo (2005), esse tem sido o enfoque dado pelos programas e políticas no Brasil, principalmente aqueles financiados por agências de cooperação internacional, de organismos multilaterais e de fundações empresariais.

Essa concepção, se por um lado avança no sentido de reconhecer os jovens como atores dinâmicos, com potencialidades para responder a desafios colocados, por outro lado aposta nesses jovens para a resolução dos problemas de seus locais de origem, geralmente bairros periféricos (Carvalho Silva, Souza, 2006).

É depositada uma grande responsabilidade sobre os jovens, na medida em que eles aparecem como aposta para a realização das necessárias reformas das sociedades modernas. Entretanto, o enfoque não faz a explicitação do modelo de desenvolvimento no qual os jovens se inserem como atores (Abramo, 2005).

Segundo Sposito, Corrochano (2005), a transferência de renda vinculada a uma contrapartida, bastante comum nos projetos, pode constituir em uma nova forma de dominação, obscurecida pelo discurso da inserção social e da cidadania. Ao mesmo

tempo em que o acesso à renda amplia as possibilidades de alguma realização no âmbito do consumo.

Já a concepção majoritariamente observada nas instituições deste estudo, que toma a “juventude como etapa problemática”, foi a principal concepção de juventude adotada pelas políticas públicas nos anos 80 e 90, em especial às dirigidas aos segmentos jovens das classes populares. Além de ser uma abordagem setorial e fragmentada, estigmatiza esses jovens como “problemas”, com programas ou políticas visando à diminuição da violência sem se questionar o contexto em que vivem estes jovens (Abramo, 2005).

Para Sposito, Carrano (2003) pode-se afirmar que tais políticas não têm o objetivo de garantir direitos, mas sim o intuito de controle – quando toma o jovem como ameaça – ou com o intuito de proteção – quando toma o jovem como um segmento social frágil. Entretanto, para os autores essa política de controle também não se volta a toda juventude, senão para o adolescente pobre, visto como uma ameaça, considerado como um rebelde em potencial.

Da mesma forma que observado por Abramo (1997), depreendeu-se que a quase totalidade dos projetos desenvolvidos em Santo André, apesar das boas intenções neles contidos, buscam, explícita ou implicitamente, a contenção do risco real ou potencial dos jovens frequentadores, retirando-os das ruas ou ocupando suas mãos ociosas, com a finalidade de mantê-los em processo de transição para a vida adulta funcional.

Os depoimentos dos trabalhadores das instituições reiteram a ideologia de responsabilização do indivíduo, que remete para o foro privado a busca pelo emprego e pela satisfação das necessidades de reprodução social, sendo ao indivíduo imputada a competência para perceber e aproveitar as “oportunidades” da sorte.

Essa tendência foi explicitada fortemente pelos entrevistados, que ora culpabilizavam os jovens e suas famílias pelo insucesso da não inserção no mercado de trabalho, ora atribuíam a si o peso de não terem conseguido desviar os jovens do mau caminho. Também reconheciam como prêmio pelo esforço, a inserção de alguns (poucos) jovens na faculdade ou em projeto esportivo com muita concorrência no ingresso.

Pode-se ainda inferir que essas instituições com projetos voltados a uma parcela dos jovens pobres do município de Santo André pretendem ocupar lugar no desenvolvimento de processos de socialização, ou seja, configuram-se como agências de socialização para esses jovens.

Para Dayrell, Leão, Reis (2007) o compromisso e envolvimento dos educadores e a sociabilidade existente no cotidiano são um dos poucos pilares que garantem que os programas, que via de regra oferecem projetos pobres para pobres, tenham um impacto positivo para os jovens. Esses jovens imersos em uma realidade perversa, se vêem num lugar social subalterno ao qual são mantidos pelas políticas públicas e instituições sociais. A chamada “pedagogia da precariedade” (Dias, Guimarães, 2007) apresenta uma clara distância entre os objetivos explicitados e a prática cotidiana.

Nessa perspectiva estigmatizada pela qual o jovem seria sempre carente em vários sentidos – afetivo, cultural e econômico - não é raro observar que os gestores das instituições assumem como suas tarefas o atendimento, sob a forma de conselhos e orientações (Dias, Guimarães, 2007).

Outra concepção subliminar nos projetos estudados é a que toma a juventude como fase transitória. Segundo Abramo (2005), a política pautada nessa concepção prescreve ações voltadas à educação; esse foi o enfoque principal durante os anos 50 e que persiste no Brasil, sendo compreendida como uma política universal, porém, a grande limitação desta abordagem reside no fato de que a política universal não garante o direito universal de acordo com as desiguais situações de reprodução social em que vivem os diferentes jovens. Outra limitação está no fato de que a abordagem não enxerga os jovens como sujeitos sociais do presente, uma vez que deposita no futuro a expectativa de crescimento pessoal e profissional e a consequente estabilidade do jovem e, além disso, ressalta as incompletudes dos jovens.

A identificação do jovem como estudante, preparando-se para o mundo do trabalho num tempo futuro, atualiza a noção da juventude como período transicional, no qual o jovem tem possibilidades de aprimorar seu desenvolvimento. Esse período, todavia, pode ser mais longo e oferecer mais possibilidades de formação educacional para aqueles que podem manter-se dependentes financeiramente da família por mais tempo, ou mais curto para os jovens que precisam garantir sua subsistência ou ainda contribuir para a de sua família de origem (Aquino, 2009).

Esses que não logravam continuar os estudos não deixavam de ser considerados jovens, no entanto passavam a ser objeto de preocupação pública, os disfuncionais, os que desviavam do percurso esperado para a integração na vida adulta (Abramo, 2005), atualizando a concepção de juventude como etapa problemática, pois a inatividade – especialmente entre jovens de famílias de baixa renda – costuma ser associada a potenciais riscos de comportamentos delinquentes (Aquino, 2009).

Na lógica da “forma escolar”, os únicos equipamentos públicos existentes nos bairros geralmente são as escolas públicas, ou seja, um espaço separado do mundo social, protegido, controlado e disciplinado por adultos. Nega-se a sua presença em outros espaços públicos, as ruas entre eles, vistos como espaços perigosos, da perdição e destruição (Dayrell, Leão, Reis, 2007).

Segundo Abramo (2005), a resposta do Estado e dos programas e ações para os jovens não é universal – para jovens das classes médias e altas, as políticas educacionais e de formação geral, e também medidas preventivas e punitivas para comportamentos transgressores, classificando como transgressão inclusive os movimentos e manifestações políticas. Já para os jovens pobres as políticas se resumem a algumas ações que visam apoiar a inserção no trabalho, e bastante focadas em medidas preventivas, ou punitivas, em situações consideradas desviantes ou para comportamentos marginais.

Em pesquisa desenvolvida por Sposito, Carvalho Silva, Souza (2006), verificou-se que os organismos públicos ainda são os responsáveis pela maior parte do financiamento das ações voltadas ao jovem, sendo em geral alocados nas secretarias ligadas à assistência, inclusão e ação social, o que reforça o fetiche da capacitação do adolescente pobre, incapaz de acessar emprego ou benefícios mínimos para a sobrevivência (Sposito, Carrano, 2003).

Ainda segundo a mesma pesquisa, os programas oficiais não contam com a participação da sociedade e dos próprios jovens na sua elaboração, estão prioritariamente voltados para o acompanhamento e a reinserção social de jovens classificados como vulneráveis (pobres ou em situações de desajustamento social), seguidos por aqueles promovidos por secretarias de cultura e esportes, esses últimos utilizados como meio para obtenção de benefícios de outra ordem, como a redução da violência e o combate ao uso de drogas. A maior parte dos programas são voltados à população na faixa etária prescrita pelo ECA, ocasionando uma exclusão de jovens que atingem a maioridade legal.

Tais abordagens acompanham de forma desigual e combinada características das políticas públicas contemporâneas ao neoliberalismo. Essas características marcam os projetos estudados em Santo André, vários deles criados como resposta a riscos sociais, como por exemplo aos jovens que, naquele território, foram ficando à margem das agências de socialização e aderindo a práticas ilegais, sem propor nenhuma crítica a respeito das raízes dessa marginalização.

Segundo Kowarick (2003), as formas de atuação social conservadoras sustentam um processo de destituição de direitos, expressos em matrizes de controle e acomodação social, pela *naturalização dos acontecimentos* e pela *neutralização*. Para a primeira em vez da culpabilização da vítima, desresponsabiliza-se o indivíduo, abrindo mão de qualquer responsável ou determinante social. A outra matriz baseia-se em mecanismos para reforçar as dinâmicas de subalternização.

Para Abad (2003) a nova condição juvenil se constrói sobre o pano de fundo da crise das estruturas tradicionalmente consagradas à transmissão de uma cultura adulta, entre elas a família e a escola, cujo prestígio tem se debilitado pelo não-cumprimento de suas promessas. Segundo a Rádio ONU (2009), os jovens estariam perdendo fé na escola e no trabalho, é crescente o número de jovens que acham a escola e o mercado de trabalho incapazes de lhes garantir melhores condições de vida.

Adota-se neste estudo a concepção de socialização proposta por Soares (2009a: 61-2), como

“processo contínuo de aprendizado que se inicia no nascimento e continua por toda a vida do indivíduo. (...) Nesse processo é que se desenvolve consciência sobre os valores e as normas sociais próprios da cultura do meio em que vivemos, incorporando-os em nossa personalidade”.

A partir desse entendimento e tomando a compreensão do conceito de socialização que por um lado tem sido utilizado para analisar como, na sociedade, os ordenamentos sociais são possíveis, por meio da transmissão de normas a um nível macrossocial (normas de gerações, normas de classes sociais, etc) e por outro lado, no nível microssociológico, por meio do qual é possível entender como os indivíduos reproduzem ou modificam essas normas, ou criam outras, como alternativas a essas (Pais, 1990), pode-se inferir que as instituições entrevistadas em Santo André, que parecem configurar-se como agências de socialização para os jovens que as frequentam não têm instrumentalizado os jovens para uma postura crítica, ao contrário, têm desenvolvido projetos de sociabilidade pautados na concordância, na obediência e no enquadre desses jovens para que não perturbem a ordem social.

Porém há outras perspectivas de socialização, que viabilizam projeto de sociabilidade pautado nas diferenças sociais. Como exemplo de outra possibilidade,

Abramo (2005) considera importante a ocupação do espaço urbano pelos grupos juvenis, principalmente dos setores populares, que, com atuações e linguagens variadas no plano da cultura, do lazer, do cotidiano, da vida comunitária, da vida estudantil, vieram a público colocar as questões que os afetam e os preocupam.

O enfrentamento dos limites expostos até aqui impõem um novo olhar sobre as ações públicas para a juventude. O que se fez até aqui se mostra insuficiente, quando não equivocado (Pochmann, 2007). Segundo Castro, Abramovay (2002), não há rupturas com a ideologia do controle e de tutela dos jovens pelo Estado, mas reorganizações da mesma em relação às suas formas de exercício. Para as autoras não é suficiente pensar em políticas para as juventudes tampouco em políticas de juventudes, senão em "políticas de/ para / com juventudes".

Bango (2008) ressalta que as políticas sociais que buscam desenvolver atividades centradas na noção de que os jovens são colaboradores e partícipes nos processos que com eles se desenvolvem não podem limitar-se exclusivamente a uma prestação de serviços, senão gerar condições para que os jovens protagonizem as políticas de juventude e a sociedade.

Belluzzo, Victorino (2004) chamam a atenção para a necessidade de a ação pública ter como premissa o conhecimento prévio dos jovens e produzir avaliações do programa como subsídios à formulação e implementação de políticas públicas.

Já Dayrell, Leão, Reis (2007) defendem uma política pública para a juventude que priorize o investimento em equipamentos públicos permanentes, ao invés de pulverizar recursos parcos em programas socioeducativos de baixo custo, habitualmente marcados pela descontinuidade. Sposito, Carvalho Silva (2007) no trecho a seguir evidenciam a íntima relação entre forma e conteúdo dos programas:

“a proposta de programas e a oferta de equipamentos e serviços destinados aos jovens estão associados. Essa interação assegura a inovação no desenho dos programas, mas ao mesmo tempo permite certa estabilidade e sedimentação, pois uma rede de equipamentos e de serviços garante e efetiva uma política” (Sposito, Carvalho Silva, 2007: 401).

Sposito, Carvalho Silva, Souza (2006) apóiam a idéia de que a gestão municipal deve receber especial atenção num processo de crescente democratização da sociedade

brasileira. Estaria nessa espacialidade o “poder local”, ou a pluralidade de relações entre sociedade civil e Estado com potencial para a conformação de uma esfera pública democrática. Defendem ainda que as ações devem retratar uma política universalizante, em direção aos direitos sociais para a juventude, no lugar de ações focalizadas a alguns segmentos juvenis problemáticos.

“Monsieur have money per mangiare

No sinal fechado/ Ele vende chiclete/ Capricha na flanela/ E se chama Pelé/ Pinta na janela/ Batalha algum trocado/ Aponta um canivete/ E até/ Dobra a Carioca, olerê/ Desce a Frei Caneca, olará/ Se manda pra Tijuca/ Sobe o Borel/ Meio se maloca/ Agita numa boca/ Descola uma mutuca/ E um papel/ Sonha aquela mina, olerê/ Prancha, parafina, olará/ Dorme gente fina/ Acorda pinel

Zanza na sarjeta/ Fatura uma besteira/ E tem as pernas tortas/ E se chama Mané/ Arromba uma porta/ Faz ligação direta/ Engata uma primeira/ E até/ Dobra a Carioca, olerê/ Desce a Frei Caneca, olará/ Se manda pra Tijuca/ Na contramão/ Dança páralama/ Já era pára-choque/ Agora ele se chama/ Emersão/ Sobe no passeio, olerê/ Pega no Recreio, olará/ Não se liga em freio/ Nem direção

No sinal fechado/ Ele transa chiclete/ E se chama pivete/ E pinta na janela/ Capricha na flanela/ Descola uma bereta/ Batalha na sarjeta/ E tem as pernas tortas”

(Pivete, de Francis Hime e Chico Buarque)

Lendo uma reportagem sobre meninos da candelária, que mendigam num idioma que mistura várias línguas, Chico decidiu incluir a frase “Monsieur have money per mangiare” na regravação que fez em 1990 (Homem, 2009).

Alguns anos mais tarde, na madrugada de 23 de julho de 1993, oito meninos, com idades entre 11 e 19 anos, foram barbaramente assassinados pela polícia militar no centro do Rio de Janeiro no episódio conhecido como a Chacina da Candelária.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou-se metodologicamente adequado para responder aos objetivos a que se propôs, na medida em que o instrumento de coleta de dados e técnica de análise permitiram apreender do material empírico resultado que respondeu aos objetivos traçados pela pesquisa.

O estudo descreveu onze instituições que desenvolvem projetos voltados à população juvenil em Santo André – projetos e ações de ONGs, associações e fundações. Os projetos institucionais não se articulam e não são monitorados pelo poder público local. A precariedade e a constante ameaça de cortes no orçamento são as marcas profundas desses projetos, que refletem os encaminhamentos das políticas públicas. Os projetos respondem a critérios pré-estabelecidos para se adequarem a algum repasse direto ou indireto de verbas.

Quanto às ações desenvolvidas pelas instituições, a “forma escolar” desenvolvida em sala de aula é a mais comum, assim como a contrapartida da frequência escolar. Observou-se a concentração de projetos focalizados em jovens agrupados por risco, principalmente relacionados ao ócio e ao desemprego. Grande parte toma a abordagem da “juventude como etapa problemática”, potencialmente perigosa, uma vez que para os jovens pobres ou em processo de exclusão, que não conseguem inserir-se desde cedo no mercado de trabalho, essa etapa significaria um período negativo em potencial. Foi encontrado também uma única experiência que aborda a “juventude como ator estratégico do desenvolvimento”, iniciativa que oferece bolsa-auxílio e exige como contrapartida a participação do jovem em ações na própria comunidade onde o projeto se insere.

Verificou-se também que as ações desenvolvidas têm pouca potência para a instrumentalização e desenvolvimento de jovens como sujeitos coletivos nos projetos sociais e na sociedade, senão desenvolvem processos de socialização calcados na ideologia da responsabilização do indivíduo – tanto pelo fracasso quanto por saber reconhecer e agarrar as oportunidades que poderão levá-lo ao sucesso – e marcados pela expectativa de mudança de comportamentos e valores, em direção à subserviência, obediência, com a finalidade última de enquadrar esses jovens em comportamentos funcionais que não perturbem a ordem social.

Também foram relatados fortalecimentos para os jovens em atendimento,

ligados ao esforço de funcionários e voluntários, assim como as possibilidades de transferência de renda, que permitem ao jovem uma certa realização, principalmente no âmbito do consumo, e a socialização consequente da troca de experiências e identidades dentro da instituição, resultados positivos no âmbito pessoal e individual.

Por fim, o pressuposto inicial de que as políticas voltadas aos jovens no município de Santo André acompanhariam as tendências mais gerais do Estado brasileiro, neoliberal e periférico, confirma-se uma vez que as ações são pulverizadas em diferentes instituições que desenvolvem e coordenam projetos cuja finalidade primordial é responder a situações/grupos de risco e transmitir valores próprios de relações sociais competitivas e individualistas.

Evidenciou-se a premência de criação de políticas públicas direcionadas à juventude com universalidade e inserção em espaços decisórios outrossim com transformações que permitam aos trabalhadores o controle sobre a reprodução social.

7. REFERÊNCIAS

Abad M. Crítica política das políticas de juventude. In: Freitas MV, Papa FC (org.). Políticas Públicas: juventude em pauta. 2ª ed. São Paulo: Cortez; 2003.

Abramo HW. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação, 1997.

Abramo HW. Espaços de Juventude. In: Freitas MV, Papa FC (org). Políticas Públicas: juventude em pauta. 2ª ed. São Paulo: Cortez; 2008.

Abramo HW. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: Freitas MV. Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa; 2005.

Aguinsky B, Capitão L. Violência e socioeducação: uma interpretação ética a partir de contribuições da justiça Restaurativa. Rev. Katál. Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 257-264, jul./ dez. 2008.

Alencar C. O Jeito Petista de Governar e Transformar. Disponível em: <http://www.chicoalencar.com.br/boletron/08072004.htm>. Acesso em: 28 dez. 2009.

Algebaile EB As ações da sociedade civil e do Estado diante da pobreza. In: Valla VV, Stotz EM, Algebaile EB, organizadores. Para compreender a pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto; 2005. p.73-99.

Almeida E. Política Pública para a Juventude: proposta para uma “moderna condição juvenil” [Tese de Doutorado]. São Paulo: FEUSP; 2001.

Almeida E, Villar MEVE. Ações públicas para a juventude de Governos locais do Grande ABC: descompassos entre trajetórias. In: 28a. Reunião Anual da ANPEd, 2005, Caxambú. 28a. Reunião Anual da ANPEd - GT/Movimento Sociais, 2005.

Altmann H. A sexualidade adolescente como foco de investimento político-social. Educação em Revista. Belo Horizonte. n. 46, p. 287-310, dez. 2007.

Alves CA, Brandão ER. Vulnerabilidade no uso de métodos contraceptivos entre adolescentes e jovens: interseções entre políticas públicas e atenção à saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 14 (2): 661-670, 2009.

Amparo DM et al. Adolescentes e jovens em situação de risco psicossocial: redes de apoio social e fatores pessoais de proteção. Estudos de Psicologia. 2008, 13(2), 165-174.

Aquino L. A Juventude como Foco das Políticas Públicas. In: Castro et al (org). Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: Ipea; 2009.

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração sobre a promoção entre a juventude dos ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos – 1965. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Casamento-e-Fam%C3%ADlia/declaracao-sobre-a-promocao-entre-a-juventude-dos-ideais-de-paz-respeito-mutuo-e-compreensao-entre-os-povos.html>. Acesso em: 12 abr. 2010.

Ayres LSM, Pereira LC, Cardoso AP. O abrigo e as redes de proteção para a infância e a juventude. Fractal: Revista de Psicologia, v. 21, n. 1, p. 125-136, Jan./Abr. 2009.

Bango J. Políticas de Juventude na América Latina: identificação de desafios. In: Freitas MV, Papa FC (org). Políticas Públicas: juventude em pauta. 2ª ed. São Paulo: Cortez; 2008.

Barbosa RS, Giffin K. Gênero, saúde reprodutiva e vida cotidiana em uma experiência de pesquisa-ação com jovens da Maré, Rio de Janeiro. Interface – Comunic, Saúde, Educ, v. 11, n. 23, p. 549-67, set./dez. 2007.

Becker HS. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. 4ª ed. São Paulo: Hucitec; 1999.

Belluzzo L, Victorino RC. A juventude nos caminhos da ação pública. São Paulo Perspec. 2004; 18(4): 8-19.

Bianchetti RG. Modelo neoliberal e políticas educacionais. São Paulo: Cortez; 1997.

Bock AMB. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. *Cad. CEDES*. 2004; 24(62): 26-43.

Bosio A. S. André faz mudanças na gestão dos abrigos de crianças e adolescentes. Disponível em: <http://www.reporterdiario.com.br/index.php?id=125160&secao=6>. Acesso em: 28 dez. 2009.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 20 abr. 2010.

Bresser-Pereira LC. A dupla conversão: do ideal socialista ao estatismo e deste ao capitalismo. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/10.02.Dupla_conversão_Muro_Berlim.pdf. Acesso em: 20 abr. 2010.

Calazans G et al. Plantões Jovens: acolhimento e cuidado por meio da educação entre pares para adolescentes e jovens nos Centros de testagem e Aconselhamento – CTA. *Saúde e Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 22-36, jan.-abr. 2006.

Camacho LMY. A Ilusão da Moratória Social para os Jovens das Classes Populares. In: Sposito MP. *Espaços Públicos e Tempos Juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Global; 2007.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Parecer ao Estatuto da Juventude está pronto para votação. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/DIREITOS-HUMANOS/143714-PARECER-AO-ESTATUTO-DA-JUVENTUDE-ESTA-PRONTO-PARA-VOTACAO.html>. Acesso em: 28 dez. 2009.

Cantares CC. Santo André prorroga contrato emergencial com Instituto Neca. Disponível em: <http://home.dgabc.com.br/default.asp?pt=secao&pg=detalhe&c=8&id=5782017&titulo=Aidan+prorroga+contrato+emergencial>. Acesso em: 28 dez. 2009.

Castro JA, Aquino LMC, Andrade CC (org.). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: Ipea; 2009.

Castro MG, Abramovay M. Por um novo paradigma do fazer políticas – políticas de/ para/ com juventudes. Revista Brasileira de Estudos de População, p. 19-46, v. 19, n. 2, jul./dez. 2002.

Conte M. Construindo uma política voltada a abordagem do uso indevido de drogas. Divulg. Saúde Debate. 2001; 23: 106-19.

Costa NRA, Rossetti-Ferreira MC. Acolhimento Familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. Psicologia: Reflexão e Crítica; 2009, 22(1), 111-118.

CRAISA. Banco de Alimentos. Disponível em: <http://www.craisa.com.br/banco.htm>. Acesso em: 13 dez. 2009.

Cunha AMB, Rodrigues MEC, Machado MM. Alfabetização de jovens e adultos: política pública e movimento popular. Cad. CEDES. 2007; 27(71): 19-38.

Dayrell J, Leão G, Reis JB. Juventude, Pobreza e Ações Socioeducativas no Brasil. In: Sposito MP. Espaços Públicos e Tempos Juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global; 2007.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. Carro ajuda a identificar trio acusado de vários furtos. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/News/5803411/carro-ajuda-a-identificar-trio-acusado-de-varios-furtos.aspx>. Acesso em: 6 abr. 2010a.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. Eloa pode virar nome rua CDHU. Disponível em:

<http://www.dgabc.com.br/2010/News/5772665/elo-pode-virar-nome-de-rua-no-cdhu.aspx>. Acesso em: 16 out. 2009.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. Estudante de Santo André vence 'Soletrando', do Caldeirão do Huck. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/News/5804365/estudante-de-santo-andre-vence-soletrando-do-caldeirao-do-huck.aspx>. Acesso em: 19 abr. 2010b.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. Meninos em risco estão em 121 locais, diz estudo da região. Disponível em: <http://home.dgabc.com.br/default.asp?pt=secao&pg=detalhe&c=1&id=5788678&titulo=Meninos+em+risco+estao+em+121+locais-+diz+estudo+da+regiao>. Acesso em: 17 jan. 2010c.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. Vacinação contra gripe suína ganha reforço. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/News/5804423/jovem-de-santo-andre-vence-concurso-de-soletrar-na-tv.aspx>. Acesso em: 17 jan. 2010d.

Dias EF. Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann; 2006.

Dias LCO, Guimarães MTC. Estratégias de Sobrevivência de Jovens Pobres Urbanos Usuários de Programas Educativos. In: Sposito MP. Espaços Públicos e Tempos Juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global; 2007.

Eduardo LP, Egry EY. Projeto político de atenção ao adolescente no município de São Carlos. Rev. Latinoamer. Enferm. 2007; 15(5): 895-901.

ESTADÃO. Prudente e Santo André fazem o duelo das surpresas. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,prudente-e-santo-andre-fazem-o-duelo-das-surpresas,536847,0.htm>. Acesso em: 11 abr. 2010.

FUNDAÇÃO PROJETO TRAVESSIA. Projeto ABC Integrado. Disponível em: http://www.travessia.org.br/programas_emandamento_03.html. Acesso em: 28 dez.

2009.

Gardesani J. A Dois Dias da Posse, Aidan Apresenta Equipe de Governo. Disponível em: http://www.abcdmaior.com.br/noticia_exibir.php?noticia=10754. Acesso em: 28 dez. 2009.

Gohn MG. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 3ª. ed. São Paulo: Loyola; 2002.

G1. Inquérito que apura conduta da polícia no caso Eloá segue sem conclusão. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1345180-5605,00-INQUERITO+QUE+APURA+CONDUTA+DA+POLICIA+NO+CASO+ELOA+SEGUE+SEM+CONCLUSAO.html>. Acesso em: 28 dez. 2009.

G1. TJ nega recurso, e Lindemberg irá mesmo a júri popular por morte de Eloá. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1417233-5605,00-TJ+NEGA+RECURSO+E+LINDEMBERG+IRA+MESMO+A+JURI+POPULAR+POR+MORTE+DE+ELOA.html>. Acesso em: 28 dez. 2009.

Homem W. Histórias das Canções: Chico Buarque. São Paulo: Leya; 2009.

IBGE. Estimativas de População. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf. Acesso em: 23 fev. 2010.

Laurell AC. Avançando em direção ao passado: a política social no neoliberalismo. In: Laurell AC, organizadora. Estado e políticas sociais no neoliberalismo. 2ª ed. São Paulo: Cortez; 1997. p.151-78

Lopes RE et al. Juventude Pobre, Violência e Cidadania. Saúde Soc. 2008; 17(3): 63-76.

Lüdke M, André MEDA. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 6ª ed. São Paulo: EPU; 2001.

Kowarick L. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2003; 18 (51): 61-86

Krauskopf D. Juventudes na América Latina e no Caribe: dimensões sociais, subjetividades e estratégias de vida. In: Thompson AA (org). *Associando-se à juventude para construir o futuro*. São Paulo: Peirópolis; 2005.

Madeira FR. A improvisação na concepção de programas sociais: muitas convicções, poucas constatações - o caso do primeiro emprego. *São Paulo Perspec*. 2004; 18 (2): 78-94.

Martins HHTS. A Juventude no Contexto da Reestruturação Produtiva. In: Abramo HW et al (orgs). *Juventude em Debate*. São Paulo: Cortez; 2000.

Monteiro S, Cecchetto F. Trayectorias juveniles e intervenciones sociales: repercusiones en las prácticas sociales y en la salud (Rio de Janeiro, Brasil). *Cad. Saúde Pública*. 2006; 22(1): 193-200.

Oliveira APG, Milnitsky-Sapiro C. Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. *Psicol, Ciênc. Prof*. 2007; 27(4): 622-35.

ONU BRASIL. ONU estabelece 2010 como “Ano Internacional da juventude”. Disponível em: <http://buscajovem.org.br/noticias/onu-estabelece-2010-como-ano-internacional-da-juventude>. Acesso em: 16 abr. 2010.

Pelluchi D. Moradores de Santo André são contra Fundação Casa na região. Disponível em: <http://www.metodista.br/rroonline/cidades/moradores-de-santo-andre-sao-contrafundacao-casa-na-regiao/>. Acesso em: 28 dez. 2009.

Pais JM. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*. 1990; XXV: 105-106, 1.º, 2.º: 139-165.

Pinto CRJ. A sociedade civil e a luta contra a fome no Brasil (1993-2003). *Sociedade e Estado* 2005; 20(1): 195-228.

Pinho O. A “Fiel”, a “Amante” e o “Jovem Macho Sedutor”: sujeitos de gênero na periferia racializada. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 16, n. 2, p. 133-145, 2007.

Pochmann M. Situação do Jovem no Mercado de Trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos [Texto preliminar]. São Paulo; 2007.

Pochmann M, Amorim R. (org.) Atlas da Exclusão Social no Brasil. São Paulo: Cortez; 2003.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. Centro de Referência da Juventude. Disponível em: http://www.santoandre.sp.gov.br/comunicacao/mail/21_setembro_07.html. Acesso em: 28 dez. 2009.

RÁDIO ONU. Jovens estão perdendo fé na escola e no trabalho, diz Cepal. Disponível em: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/168744.html>. Acesso em: 28 dez. 2009.

Raitz TR, Petters LCF. Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. *Psicologia & Sociedade*; 20 (3): 408-416, 2008.

Ramos S. Respostas brasileiras à violência e novas mediações: o caso do Grupo Cultural AfroReggae e a experiência do projeto Juventude e Polícia. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Sup): 1303-1311, 2007.

Raupp L, Milnitsky-Sapiro C. Reflexões sobre concepções e práticas contemporâneas das políticas públicas para adolescentes: o caso da drogadição. *Saúde Soc.* 2005; 14(2): 60-8.

Rios LF et al. Os cuidados com a “carne” na socialização sexual dos jovens. *Psicologia em Estudo*. 2008; 13 (4): 673-682.

SECRETARIA DE SAÚDE DE SANTO ANDRÉ. Plano Municipal de Saúde da Juventude 2006/2008 “Promovendo Vida Saudável de Jovens em Santo André”. Disponível em: <http://64.233.163.132/search?q=cache:L-TP2Vd6U4YJ:www.santoandre.sp.gov.br/bnews3/images/multimidia/programas/PLANO%2520VERS%C3%83O%2520FINALLLLLLLLL%252009%2520NOV.doc+assessoria+juventude+santo+andr%C3%A9+secretaria+inclus%C3%A3o+social&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 28 dez. 2009.

Selicani V. Santo André muda gestão do Lar São Francisco. Disponível em: http://www.abcdmaior.com.br/noticia_exibir.php?noticia=12236. Acesso em: 28 dez. 2009.

Silva CG et al. Religiosidade, juventude e sexualidade; entre a autonomia e a rigidez. *Psicologia em Estudo*. 2008; 13 (4) 683-692.

Soares CB. Agências de Socialização e Valores Sociais: a família, a escola, os pares e o trabalho. In: Borges ALV, Fujimori E (org). *Enfermagem e a saúde do adolescente: na atenção básica*. Manole: Barueri; 2009a.

Soares CB. Mais que uma etapa do ciclo vital: a adolescência como um construto social. In: Borges ALV, Fujimori E (org). *Enfermagem e a saúde do adolescente: na atenção básica*. Barueri: Manole; 2009b.

Sposito MP, Carrano PCR. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Rev. Bras. Educ.* 2003; 24: 16-39.

Sposito MP, Carvalho Silva HH. Novos desenhos institucionais nas ações públicas dirigidas a jovens da cidade de Embu das Artes. In: Sposito MP. *Espaços Públicos e Tempos Juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Global; 2007.

Sposito MP, Carvalho Silva HH, Souza NA. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: Cortez 11 (32): 248-267, 2006.

Sposito MP, Corrochano MC. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. 2005; 17 (2): 141-172.

Tommasi L. Resenha: um olhar sobre as experiências de políticas públicas de juventude na América Latina. *Revista Brasileira de Educação*. 2004, n. 25.

Trindade JDL. *História Social dos Direitos Humanos*. São Paulo: Peirópolis; 2002.

Viera DL et al. Álcool e adolescentes: estudo para implementar políticas municipais. *Rev. Saúde Pública* 2007; 41 (3): 396-403.

Villela WV, Doreto DT. Sobre a experiência sexual dos jovens. *Cad. Saúde Pública*. 2006; 22(11): 2467-2472.

Weller W, Silveira M. Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da universidade de Brasília. *Estudos Feministas*. 2008; 16(3): 931 - 947.

Yonekura T, Soares CB, Minuci EG, Campos CMS, Trapé CA. Mapa das juventudes de Santo André, Brasil: instrumento de leitura das desigualdades sociais. *Rev. Saúde Pública*. 2010; 44 (1): 44-51.

YOUTH AT THE UNITED NATIONS. International Youth Day. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unyin/iyouthday.htm>. Acesso em: 19 abr. 2010.

Zibas DML, Ferretti CJ, Tartuce GLBP. Micropolítica escolar e estratégias para o desenvolvimento do protagonismo juvenil. *Cadernos de Pesquisa*. 2006; 36 (127): 51-85.

ANEXO 1



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
 ESCOLA DE ENFERMAGEM
 Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva
 Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419 – Cerqueira César - 05403-000
 Tel.: (11) 3061-7652 - FAX (11) 3061-7662
 e-mail: enssecre@edu.usp.br

Roteiro para Coleta de Dados

Nome da instituição:

Site ou material digitalizado:

Data:

Entrevistado:

Entrevistador:

Endereço:

a) sobre a instituição:

- ✓ Quando começou?
- ✓ Como foi fundada? (quem fundou? por que foi criada?)
- ✓ Mantenedora/convênios/parcerias (relatar se houve modificações ao longo do tempo, explicar porque mudou – por que acabou o convênio? Por que e como começou o outro convênio?)/outras fontes financiadoras (incluindo sociedade civil e doações voluntárias).
- ✓ O financiamento é vinculado a ações determinadas? (ex: verba para oficinas específicas, ou para financiar cursos, etc)
- ✓ Como se organiza administrativamente? (tem presidente, tem conselho deliberativo? Conselho consultivo? Composição dos Conselhos:...)
- ✓ Como a instituição presta contas?
- ✓ Tem reconhecimento público oficial? (inscrição em conselhos – CMDCA, CMAS ou outro nº de Decreto municipal, estadual e federal).
- ✓ É filiada a alguma Fundação, Federação ou Organização? Qual? Que benefícios recebe dessa filiação?
- ✓ Em que a Prefeitura Municipal de Santo André contribui com o projeto desta instituição?
- ✓ Que reconhecimento da sociedade civil a instituição tem (prêmios, convite para apresentação dos projetos da instituição em eventos, entrevistas, programas de rádio e TV, entre outros).

b) sobre os objetivos e a organização do trabalho institucional

- ✓ objetivos institucionais
- ✓ metas alcançadas, dificuldades

- ✓ como se articulam com outras instituições e secretaria municipal da juventude e com projetos dos governos municipal, estadual e federal?
- ✓ há avaliação interna e externa do projeto institucional ? Como é realizada?

c) sobre as ações

- ✓ Quais são as atividades desenvolvidas atualmente? Sempre foram essas? Por que mudaram? (pedir para o entrevistado descrever as atividades de uma semana típica e atividades atípicas – festas, comemorações, passeios...) Elas são organizadas por projetos ou núcleos?
- ✓ Há alguma atividade de produção para venda ou troca? Qual? Como é feita a utilização da renda?
- ✓ Quantos e quem são os trabalhadores que realizam as atividades com os jovens? (formação e formas de vínculo institucional - contratados ou voluntários)
- ✓ Descreva como são desenvolvidas essas atividades e o que o projeto pretende atingir com elas? (de que forma?)
- ✓ Como são planejadas e avaliadas essas atividades?
- ✓ Por quem é feito o planejamento e a avaliação?

d) sobre os jovens participantes:

- ✓ Quantos jovens atende atualmente? E com quantos jovens começou?
- ✓ Quais são os critérios de escolha de jovens para ingresso? (faixa etária, características sócio-econômicas (renda, ser “população de risco”), local de moradia).
- ✓ Como os jovens são inseridos nos projetos? (por encaminhamento? -de quem ou qual outra instituição? – por procura espontânea? seleção interna? busca ativa?)
- ✓ O que é feito com o jovem participante dos projetos, que atinge a faixa etária máxima, ou termina o curso/oficina/projeto? (encaminhamentos, inserção no mercado de trabalho)
- ✓ Os jovens que participam deste projeto participam de outros espaços - Conselho Municipal da Juventude de Sto André, Orçamento Participativo, Movimentos Juvenis ou outros Movimentos Sociais?
- ✓ Como o projeto vê a perspectiva de futuro desses jovens?
- ✓ Em que esse jovem que passou por aqui se diferencia dos jovens que não tiveram acesso a esse projeto? (Qual a marca, a característica, desse projeto?)

ANEXO 2

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**
ESCOLA DE ENFERMAGEM

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419 - CEP 05403-000
Fone.: 3088-7548 - Fax.: 280-8213
C.P. 41633 - CEP 05422-970 - e-mail.: edipesq@usp.br

São Paulo, 13 de abril de 2006.

Ilm.ª Sr.ª
Prof.ª Dr.ª Cássia Baldini Soares

Ref.: Processo nº 538/2006/CEP-EEUSP

Prezada Senhora,

Em atenção à solicitação referente à análise do projeto "JOVENS, VALORES E CONSUMO DE DROGAS: POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DA SAÚDE COLETIVA", informamos que o mesmo foi considerado aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (CEP/EEUSP).

Analisado sob o aspecto ético-legal, atende às exigências da Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Esclarecemos que após o término da pesquisa, os resultados obtidos deverão ser encaminhados ao CEP/EEUSP, para serem anexados ao processo.

Atenciosamente,

Maria Fátima Prado Fernandes

Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima Prado Fernandes
Vice-Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da
Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo em Exercício

ANEXO 3



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

**Secretaria de Saúde
Comitê de Ética em Pesquisa - CEP**

Parócer 27/2007

Santo André, 08 de agosto de 2007.

Prezada Senhora

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Saúde de Santo André **APROVOU**, de acordo com a resolução 196/96, o protocolo de pesquisa "**Jovens, valores e consumo de drogas: políticas públicas na perspectiva da Saúde Coletiva**", registro 27/2007 - CEP/SSSA, de autoria da pesquisadora: **Cássia Baldini Soares**

Salientamos os seguintes aspectos a serem considerados pelo pesquisador:

- 1) O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma ou sem prejuízo ao seu cuidado e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Res. CNS 196/96).
- 2) O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado. Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.
- 3) O relatório final da pesquisa deve ser apresentado ao CEP, logo que o estudo estiver concluído.

Atenciosamente

Dr. Nivaldo Carneiro Junior
Coordenador do CEP - SSSA

ANEXO 4



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM
Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva
Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419 – Cerqueira César - 05403-000
Tel.: (11) 3061-7652 - FAX (11) 3061-7662
e-mail: enssecre@edu.usp.br

À Presidência Institucional,

Vimos solicitar vossa autorização para a coleta de dados relativa à pesquisa intitulada **Instituições sociais e operacionalização de políticas públicas: análise crítica das ações voltadas para jovens no município de Santo André**, que tem por objetivos:

- *descrever as instituições com projetos e ações voltados a jovens do município de Santo André;*
- *analisar as características dos projetos e ações desenvolvidas por essas instituições;*
- *analisar como os projetos e as ações desenvolvidos por elas se articulam entre si, e com o projeto público municipal.*

Comprometemos-nos ao uso das informações obtidas somente para fins de pesquisa e a manter o sigilo por referência aos participantes. Informamos que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de Santo André, respeitando a Lei 196/96.

O desenvolvimento desta pesquisa foi também autorizado pela Secretaria da Saúde de Santo André, que tem apoiado em diferentes instâncias a consecução dos trabalhos.

Nós, os pesquisadores – Heitor Martins Pasquim e Célia Maria Sivalli Campos, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que ser fizerem necessários.

Fones para contato: (11) 3061-7652 (Célia) ou (Heitor).

Atenciosamente,

ANEXO 5



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM
 Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419 - CEP 05403-000
 Tel.: (011) 3061-7652 - FAX (011) 3061-7662
 C.P. 41633- CEP 05422-970

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Heitor Martins Pasquim, pós-graduando da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, estou realizando o estudo **Instituições sociais e operacionalização de políticas públicas: análise crítica das ações voltadas para jovens no município de Santo André**, com orientação da prof^a Célia Maria Sivalli Campos. Este estudo tem por objetivos: resgatar a história das políticas voltadas para os jovens em Santo André; descrever as instituições do município de Santo André que têm como público alvo os jovens; analisar as características dos projetos e das ações desenvolvidas por essas instituições e analisar como os projetos e ações desenvolvidos por elas se articulam entre si, e com o projeto público.

Solicito por meio deste documento o seu consentimento para participar do estudo. Com a sua participação, será realizada uma entrevista de aproximadamente 1 hora de duração que será gravada e, posteriormente, transcrita, mas o seu nome não será revelado sob nenhuma hipótese. Gostaria de esclarecer que sua participação é voluntária e que não traz riscos para você. Nada será cobrado por ela, assim como não haverá remuneração financeira caso você participe. Esclareço ainda que você receberá uma cópia deste documento e poderá pedir mais informações a respeito do estudo a qualquer momento. Você poderá recusar-se a participar da pesquisa inclusive podendo abandoná-la quando desejar, sem que isso lhe traga prejuízos de qualquer espécie. As informações serão utilizadas somente neste estudo e não causarão quaisquer prejuízos a você. Os dados compilados serão analisados e divulgados em eventos de caráter científico e em publicações da área da saúde.

Em caso de dúvida, você poderá entrar em contato comigo ou com a prof^a Célia, pelo telefone (11) 3061-7652*.

São Paulo, ___ de _____ de 2009.

 Assinatura do(a) entrevistado(a)

 Assinatura do pesquisador

* Caso tenha alguma dúvida, ou queira algum tipo de esclarecimento ou reclamação sobre os procedimentos éticos deste estudo, por favor, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da USP pelo telefone 3061-7548.